

GAZETA

Norte Mineira



ANO XXII | Nº 6469

MONTES CLAROS, SEXTA-FEIRA 25 DE JUNHO DE 2021 - R\$ 1,50

@GAZETANORTEMINEIRA

R\$ 4,91 Cotação DÓLAR - REAL	R\$ 5,86 Cotação EURO - REAL	R\$ 5,79 Gasolina	R\$ 4,49 Diesel comum	R\$ 3,99 Etanol	Máx.: 29° Min.: 12° Temperatura	20h Fechamento
----------------------------------	---------------------------------	----------------------	--------------------------	--------------------	---------------------------------------	-------------------



O deputado federal Delegado Marcelo Freitas (PSL/MG) recebeu nessa semana, em seu gabinete de Brasília/DF, o prefeito de Brasília de Minas, Dr. Marcus Vinícius, ocasião em que anunciou a liberação de recursos da ordem de R\$ 5,7 milhões para investimentos naquela cidade. O parlamentar informa que os recursos são destinados prioritariamente à saúde, agricultura, esporte, assistência social e educação.

POLÍTICA 9

Marcelo Freitas anuncia R\$ 5,7 mi para Brasília de Minas

SEGURANÇA PÚBLICA 8
Polícia Federal combate estelionato e associação criminosa

Para Viana, veto de Bolsonaro ao projeto da Sudene foi exclusivamente a pedido de Guedes

O veto aos 81 municípios mineiros da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), gerou crise de confiança entre Planalto e Senado. De acordo com o senador Carlos Viana (PSD-MG), vice-líder do governo, o veto foi exclusivamente por um pedido do Ministério Economia. O senador ressaltou, mais uma vez, a inabilidade do ministro Paulo Guedes em tratar do assunto.

POLÍTICA 4

Carlos Pimenta vê Romeu Zema como resgatador de promissória

POLÍTICA 4

AMAMS elogia iniciativa da ALMG ao distribuir recursos da Vale para municípios



O governador e o presidente da Amams

A Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene (Amams), por meio do presidente José Nilson Bispo de Sá, 'Nilsinho', parabenizou a Assembleia Legislativa de Minas Gerais que assegurou acordo para que todos os 853 municípios mineiros sejam beneficiados na distribuição dos R\$ 1,5 bilhão dos recursos da Vale.

POLÍTICA 9

EDUCAÇÃO 6
Escolas do NM receberão apoio do Programa Brasil na Escola

Zé Reis se queixa da falta de contrapartida no aumento de recursos

O deputado Zé Reis (Pode) foi à tribuna da Assembleia Legislativa para elogiar o veto do presidente Jair Bolsonaro ao projeto federal que amplia o número de municípios da área mineira da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O deputado explicou que, em tese, não é contra a ampliação. O problema é que seriam acrescentados 84 municípios, mas sem uma contrapartida no aumento do volume de recursos para investimentos em Minas.

POLÍTICA 4

Conta de água terá redução de até 15% a partir de 1º de agosto

CIDADE 5

OS **DÉZ** MANDAMENTOS

Seg a Sáb, às 20h30

GNM 2.1

A nossa gente em primeiro lugar

Meu Amigo Bussunda

Estreou no último dia 17 de junho, pela plataforma Globoplay, a série documental "Meu Amigo Bussunda", e eu já assisti.

A ideia de homenagear um dos maiores ícones do humor brasileiro partiu do amigo de infância, compadre e colega de trabalho, o cineasta Claudio Manoel dos Santos. A direção, contou com a parceria de Micael Langer e Júlia Besserman, filha do Claudio Besserman Viana — o Bussunda.

A série é dividida em quatro episódios e apresentada em ordem cronológica. Entre os entrevistados estão, Vera Fischer, Maria Paula, Zico, Debora Bloch e o humorista Danilo Gentili, que em sua fala disse que juntamente com seus colegas de escola, aguardavam o intervalo do lanche para comentarem as piadas do programa exibido na noite anterior. Lembrei-me, que aqui era diferente. Ainda a metros de distância da entrada da escola, meus colegas e eu já chegávamos gritando uns aos outros com novos apelidos que ha-



víamos aprendido com o episódio daquela semana. Esses comportamentos geravam livres gargalhadas, maior socialização e era o comprovante de que havíamos conseguido ultrapassar as barreiras de proibição impostas pelos adultos.

Lá em casa não era proibido, mas minha avó pedia para não assistirmos. Assim, tirávamos o brilho da TV e dei-

xávamos o volume bem baixinho, na tentativa de não magoá-la.

Difícil era disfarçar e segurar o riso, que agora veio somado à nostalgia de reviver boa parte de minha adolescência e recordar o quanto sofri por não ter grana para comprar a caneca com a logomarca do programa "Casseta e Planeta", e que fazia parte do grupo das meninas, que quando cresces-

ISABEL LÔPO
HISTORIADORA, ATRIZ, CRONISTA E ACADEMICA DE JORNALISMO

sem queriam ser igual a Maria Paula, trabalhar na TV e ter vários colegas engraçados. Essa era nossa visão naquela época, tamanha a naturalidade com que aquela trupe trabalhava, com destaque para o Bussunda, que não parecia fazer esforço algum em sua interpretação. Seus colegas comentam isso durante as entrevistas.

Num tempo em que não havia a censura à comédia, ainda não vivíamos sob a tirania do "politicamente correto" como hoje, os "cassetas" traziam através da piada discussões importantes em torno de temas polêmicos e ainda difíceis de travar uma discussão, como futebol, política e até aulas de gramática. Através das piadas, sátiras e paródias engraçadas.

O semanal era basicamente educativo. Ao perdemos a irreverência do humorista Bussunda, perdemos arte, cultura e principalmente, perdemos jornalismo. Era a linguagem do humor a serviço da informação. Fica a dica: a série está imperdível!

A era do trabalho híbrido: você precisa de uma rede segura e ágil (Parte 2)

A transformação digital mudou o foco. Não se trata mais apenas dos aplicativos que você pode implantar, mas de oferecer aos funcionários uma experiência digital de trabalho remoto que seja o mais semelhante possível ao que eles estão acostumados nos locais de trabalho, com o mesmo nível de segurança. No futuro, as organizações de ponta precisarão ter conectividade robusta, segura e confiável para fornecer um backbone digital forte para as operações. Ao desenvolver o backbone, a experiência do usuário final deve estar no centro de como projetamos nossas redes.

A Internet é o novo loop local - e a

casa é a nova LAN

A nova forma de trabalhar dá maior importância à conectividade com a Internet. O home office de modo híbrido torna sua casa a nova rede local (LAN) do seu escritório. A conectividade de sua casa não faz parte do escritório do empregador e, portanto, não é da responsabilidade do departamento de TI da empresa. Há um argumento de que talvez devesse ser, mas, por enquanto, não é. Com as ferramentas certas do parceiro certo, você pode monitorá-la para garantir a qualidade. A Orange aproveita o poder da nossa parceria com a ThousandEyes, que fornece visibilida-

de de ponta a ponta para monitorar proativamente a disponibilidade e o desempenho da rede e permite que você saiba onde os problemas podem estar ocorrendo.

Com mais pessoas trabalhando no modelo híbrido, é essencial garantir a qualidade da conectividade para funcionários remotos. Os empregadores e os funcionários devem trabalhar juntos para fazer isso, de maneira semelhante a quando você traz seu próprio dispositivo ao chegar ao local de trabalho (BYOD). Exceto neste caso, é efetivamente uma abordagem "traga seu próprio acesso à Internet". Também é importante lembrar que, quan-

do se trata de acesso à Internet, o que é barato nem sempre é agradável.

Ainda, há muito interesse no Secure Access Service Edge (SASE), uma arquitetura de rede que combina recursos de VPN e SD-WAN com funções de segurança nativas da nuvem, sendo capaz de fornecer SD-WAN convergente e oferta de segurança que abrange seus escritórios, data centers, serviços em nuvem e acesso para trabalho remoto. A solução tem como objetivo proporcionar uma política de segurança única com mais visibilidade e proteção, ao lado de outros benefícios mencionados anteriormente.

MATTHIEU SMESSAERT
VICE-PRESIDENTE DA ORANGE BUSINESS SERVICES PARA A ÁSIA-PACÍFICO

O caminho das pedras da transformação digital (Parte 1)

Hoje gostaria de conversar sobre uma pauta que assumiu um protagonismo central em minha história: inovação e transformação digital.

A verdade é que a tecnologia sempre esteve entre meus principais interesses de pesquisa e, ao longo dos últimos anos, tive o privilégio de poder contribuir, de modo direto, para a difusão de uma cultura mais disruptiva e aberta para o novo em meu círculo de atuação, seja com minhas participações como jurado titular do Batalha de Startups e como apresentador do Café com CEO, ambos da Record News TV; através de investimentos e mentorias no

ecossistema brasileiro de negócios digitais; ou até mesmo pela condução do processo interno de transformação digital do CEL.LEP.

Essas experiências, por sua vez, reforçaram a minha convicção de que é indispensável seguir algumas importantes etapas dentro de um movimento de digitalização. Uma pergunta que recebo com frequência envolve, aliás, qual o "passo a passo" para a estruturação de um planejamento de transformação digital. Já adianto que não existem fórmulas mágicas, mas, sim, determinados princípios que podem potencializar as chances de sucesso de uma jornada rumo à inovação.

A transformação digital é uma transformação cultural

É isso mesmo que você leu. Toda transformação digital é, antes de mais nada, uma transformação cultural. E isso quer dizer que, para termos êxito nesta profunda caminhada de mudança, temos de ter completa convicção no processo e difundir essa confiança entre os gestores do negócio, responsáveis por integrar toda a organização, em ações que devem ser executadas com sinergia e plena abertura para as novas tecnologias que passarão a fazer parte da realidade da companhia — seja por meio da implementação de soluções, do desenvolvimento de nú-

cleos internos de inovação ou mesmo por meio de parcerias de inovação aberta com startups e outras empre-

Esteja pronto para errar

Em seguida, entra a etapa de planejamento e priorização, que envolve, por sua vez, a definição de quais áreas e tecnologias serão priorizadas no processo de implementação da transformação digital. Esta etapa inicial é importante para direcionarmos investimentos, contratações, treinamentos e eventuais mudanças de estrutura nos times que permitam uma maior fluidez de toda a jornada de transformação digital.

ALEXANDRE VELILLA
EMPRESÁRIO, CEO DO CEL.LEP

PEC 32/2020 terá efeito recessivo para o País

A Proposta de Emenda Constitucional 32/2020, que trata da Reforma Administrativa, partiu de uma premissa de equilíbrio fiscal em situação de crise, porém resultará em efeito contracionista e potencialmente recessivo, conforme estudos que projetaram seus efeitos a longo prazo.

A proposição, inspirada em uma linha ideológica privatista e de Estado mínimo, sequer possui equivalência em países de inspiração liberal, como Estados Unidos e Austrália. Vale lembrar que tais países possuem amplo aparato estatal na provisão de serviços públicos profissionais de alta qualificação técnica e autônomos perante ingerências políticas.

Os pressupostos trazidos pela Reforma Administrativa poderão resultar em gravíssimos retrocessos ao nível de desenvolvimento humano do país, já bastante atrasado e inferior a países como Irã, Cuba, Armênia e Bósnia-Herzegovina.

Infelizmente, sua tramitação e votação em caráter remoto no Congresso Nacional prejudicarão o necessário debate e, principalmente,

uma avaliação honesta dos efeitos deletérios ao serviço público do país, resultando em servidores mal remunerados, sem perspectiva e órgãos públicos sucateados.

Em linhas didáticas, a PEC 32/2020 aprovada na CCJ propõe em seu bojo regras extremamente danosas ao serviço público, as quais elencamos:

— O texto prevê o fim do regime jurídico único da União e criação de vínculo de experiência, vínculo por prazo determinado, cargo com vínculo por prazo indeterminado, cargo típico de Estado e cargo de liderança e assessoramento (cargo de confiança).

— Propõe ainda a exigência de dois anos em vínculo de experiência, com "desempenho satisfatório" antes de o profissional ser investido de fato no cargo público.

— A proposta enviada pelo governo acaba com a estabilidade de parte dos futuros servidores. Atualmente, a regra geral é que todo servidor público é estável no cargo, só podendo ser demitido se for condenado sem mais possibilidade de recurso na Justiça ou se cometer infração disci-

plinar. Para os atuais servidores, essa regra continuará valendo. Segundo a proposta do governo, a estabilidade passa a ser garantida apenas para servidores das chamadas carreiras típicas de Estado, que só existem na administração pública. Uma lei a ser enviada posteriormente listará quais serão essas carreiras que vão manter a estabilidade.

— Há também a criação do "vínculo de experiência", no qual o aprovado em concurso público passa por um período de um a dois anos de trabalho, ao fim do qual haverá a classificação final e a seleção de fato para o serviço.

— A PEC ainda substitui os cargos em comissão de livre provimento e exoneração e funções de confiança por cargos de liderança e assessoramento, com critérios para nomeação estabelecidos pelo Executivo.

— São proibidos pontos como férias superiores a 30 dias pelo período de um ano, adicionais de tempo de serviço, licença-prêmio ou licenças decorrentes de tempo de serviço, aposentadoria compulsória como

RAQUEL KOBASHI GALLINATI LOMBARDI
PRESIDENTE DO SINDPESP E DIRETORA DA ADEPOL DO BRASIL
RODOLFO QUEIROZ LATERZA
PRESIDENTE DA ADEPOL DO BRASIL

modalidade de punição e incorporação de gratificação a salário. Tais restrições não se aplicam a juizes, membros do Ministério Público e militares no texto atual da PEC 32/2020.

— A União poderá editar normas para políticas de remuneração, ocupações de cargos de liderança e assessoramento, progressão e promoção funcionais, entre outras. Todas as esferas do Executivo também poderão firmar cooperações com órgãos e entidades, públicos e privados, para a execução de serviços públicos, que envolvam inclusive o compartilhamento de estrutura física e o uso de recursos humanos de particulares.

Portanto, a maior vítima será a sociedade brasileira e o futuro da Nação, sequestrados por uma ideologia falsamente reformista e que implicará em retrocessos severos à nossa já deficiente dinâmica social e institucional, marcada pela persistência de um crônico patrimonialismo, clientelismo e fisiologismo no trato dos bens públicos. Que estejamos preparados para uma posição ainda pior no IDH mundial.

DIRETOR
Rafael Lopes Pereira
DIRETORA EXECUTIVA DE JORNALISMO
Ana Paula Rodrigues Pereira Faustino
EDITORA
Ana Paula Rodrigues Pereira Faustino
COLABORADOR
Valdemar Soares

EM DIA
com a notícia

Valdemar Soares
demavsof@gmail.com

SERVIDOR QUE DENUNCIOU PRESSÃO PARA COMPRA DE VACINA SERÁ INVESTIGADO



O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Onyx Lorenzoni, informou ontem que o governo pedirá à Controladoria-Geral da União (CGU) e à Procuradoria-Geral da República (PGR) que investiguem o servidor Luís Ricardo Miranda, do Ministério da Saúde, e o irmão dele, o deputado Luís Miranda (DEM-DF). Chefe de importação do Departamento de Logística em Saúde, Luís Ricardo falou que relatou ao presidente Jair Bolsonaro que havia suspeitas de irregularidades envolvendo as negociações para importação da vacina contra a Covid-19 Covaxin, produzida na Índia. A velha tática de que a melhor defesa é o ataque.

COMISSÃO APROVA PROJETO QUE PERMITE DEDUZIR DO IRPF GASTOS COM CUIDADORES

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados aprovou, nesta quinta-feira (24), com emenda, o Projeto de Lei 535/21, que permite aos contribuintes deduzir do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF), na forma de despesas com saúde, pagamentos efetuados a cuidadores de pessoas com deficiência e de idosos. Atualmente, esse tipo de gasto não é dedutível na declaração anual de Imposto de Renda — ao contrário das despesas com médicos e dentistas.

Relatora na comissão, a deputada Leandre (PV-PR) recomendou a aprovação da proposta, mas propôs emenda supressiva para evitar efeitos retroativos. "Temos divergência quando à retroatividade da lei, haja vista que esta questão pode causar instabilidade na aplicação da norma", disse.

A proposta se baseia na Lei 9.250/95 e exige que os cuidadores sejam devidamente habilitados para o exercício da atividade.

Segundo os autores, deputados Otavio Leite (PSDB-RJ), Eduardo Barbosa (PSDB-MG) e Tereza Nelma (PSDB-AL), "a medida deverá promover uma maior oferta formalizada de serviços especializados de cuidadores". (Agência Câmara)

PRESIDÊNCIA DO COREN-MG LEVA REIVINDICAÇÕES DA ENFERMAGEM AO GOVERNADOR ROMEU ZEMA

O Coren-MG se evolve nas causas históricas da enfermagem, como o PL 2564/2020, sem esquecer das questões urgentes e que podem mudar de imediato no nosso estado. O Secretário Saúde do estado, Fábio Baccheretti. Durante o encontro, o Coren-MG apresentou uma lista de demandas da enfermagem. "Estou atento às reivindicações da capital e tenho rodado o interior do estado para ouvir a enfermagem de perto. Além de termos que lutar nacionalmente pela aprovação de um projeto de lei que faça justiça quanto ao piso e à carga horária, ainda, temos que lidar com questões urgentes para a enfermagem mineira, como o dimensionamento, por exemplo. O governador e o secretário de Saúde precisam ter ciência de tudo e tomar providências que ajudem nossos profissionais", ressaltou Bruno. Durante o encontro, foi solicitada, por parte do Coren-MG, uma reunião do Governo do Estado com o conselho e também lideranças sindicais. "É importante que todos os representantes da enfermagem estejam presentes nas discussões de interesse dos nossos profissionais. Cada um no seu âmbito de atuação, todos pela enfermagem", destacou Maria do Socorro.

PSL PODE LANÇAR MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO AO SENADO

O PSL pode lançar o deputado federal Marcelo Álvaro Antônio para a disputa ao Senado no ano que vem. O ex-ministro do Turismo no governo de Jair Bolsonaro é um dos principais aliados do presidente no Congresso Nacional e a ideia é a de que ele repita o trabalho da mesma forma que fez na última eleição, ajudando na campanha à reeleição de Bolsonaro em Minas Gerais. Daqui para frente, os partidos começam a definir os nomes que estarão na disputa.

BOLSONARO SOLICITA GUEDES ARRUMAR RECURSOS PARA VOTO IMPRESSO

Mesmo com os argumentos de ministros e ex-ministros do Supremo Tribunal Federal, que passaram pelo TSE, de que a urna eletrônica é segura, o presidente Jair Bolsonaro quer garantir a implantação do voto impresso nas eleições do ano que vem. Se a proposta passar no Congresso Nacional, Bolsonaro mandou o ministro Paulo Guedes conseguir os recursos para sua implantação. O presidente do TSE, Roberto Barroso, estima que o custo para implantar o voto impresso é de R\$ 2 bilhões

ABERTA CONSULTA PÚBLICA PARA CONCESSÃO DE RODOVIAS EM MINAS

O governo de Minas prevê conseguir até R\$ 17 bilhões com novas concessões. O pacote lançado pelo governo inclui rodovias, o aeroporto da Pampulha, um estádio e o ginásio do Mineirinho. Já foi aberta a consulta pública de rodovias no Triângulo Mineiro e no Sul de Minas. Nas BRs 393 e 481 há uma média histórica alta de acidentes e a melhoria dessas rodovias é uma antiga reivindicação dos moradores da região, conforme foi relatado no Fórum de Minas, evento promovido pela VB Comunicação. A consulta pública para o processo dos dois primeiros lotes do Programa de Concessão Rodoviária já está aberta.

Vereador luta para construir sede própria da ESF

VALDEMAR SOARES

A construção da sede própria da Estratégia Saúde da Família (ESF) do Bairro Alcides Rabelo, no Vetor Norte da cidade, é mais uma meta do vereador Valdecy Contador (Cidadania), diante das atuais condições da atual unidade que, mesmo se esforçando para atender a contento toda a demanda, presta assistência em prédio alugado, com pouca infraestrutura.

“Estamos nos mobilizando ao vermos o sofrimento de diversas pessoas, a maioria de baixo poder aquisitivo, que são obrigadas a se deslocarem a outros centros de atendimento em busca de uma consulta ou mesmo de medicamentos de primeira necessidade”, explica o parlamentar.

O legislador não tem negado esforços para viabilizar obras importantes, alvo de solicitações frequentes de moradores do Vetor Norte, uma das regiões mais promissoras de Montes Claros. Para isso, está contando com a boa receptividade que desfruta junto ao prefeito



DIVULGAÇÃO

Humberto Souto e seu secretário. Adianta que, em breve, o Bairro Interlagos será contemplado com o asfaltamento de doze ruas. Dentro do seu cronograma de trabalho, o

saneamento básico, através de pavimentação asfáltica, está sendo estendido também para vias do bairro Monte Carmelo.

Para maior segurança do trânsito,

Valdecy está solicitando da MC-Trans redutores de velocidade em ruas e avenidas que circundam os bairros Vila Regina, Planalto, entre outros adjacentes.

Campo de futebol no Distrito Industrial recebe limpeza, a pedido de Leãozinho

DIVULGAÇÃO



Foi realizada, na última terça-feira, a limpeza de mais um campo de futebol, a pedido do vereador Leãozinho (Patriota), através do ofício nº. 41/2021, no qual foi solicitado ao prefeito Humberto Souto a limpeza do campo situado no bairro Distrito Industrial. Há tempos a comunidade solicitava a limpeza, pois era necessária para a prática do esporte na região. “Mesmo vivendo em tempo de pandemia, e todos sendo orientados a seguirem todas as formas possíveis de prevenção contra a covid-19, nós estamos trabalhando para o incentivo de atividades físicas em nossa cidade, mas bem atentos às normas de saúde que devemos seguir”, destaca.

Sabendo da importância de se

praticar atividades físicas, o vereador salienta que vários pedidos por ele feitos já foram atendidos pelo executivo, e foram realizadas as limpezas em diversos campos e praças da cidade, pois são locais que a comunidade usa como único meio para prática de diversos esportes.

“É muito bom ver nosso campo sendo limpo, pois aqui já tivemos motivos de muitas alegrias na comunidade, tínhamos a realização de torneios e jogos, e era tudo maravilhoso. Quero agradecer em nome de toda comunidade ao prefeito Humberto Souto, pela disposição, e ao vereador Leãozinho, que vem, na prática, realizando com responsabilidade o trabalho e o seu papel de parlamentar”, ressalta o morador da região, David.

Câmara é homenageada com a Medalha Alferes Tiradentes

DIVULGAÇÃO



Em solenidade comemorativa do aniversário de 246 anos, realizada na manhã de terça-feira (22), em Montes Claros, a Polícia Militar de Minas Gerais homenageou a Câmara de Vereadores com a Medalha Alferes Tiradentes, a maior honraria concedida pela corporação. A medalha foi entregue pelo Comandante da 11ª Região da Polícia Militar de Minas Gerais, Coronel PM Wanderlúcio Ferraz dos Santos, ao presidente da Câmara, vereador Cláudio Rodrigues de Jesus.

“A Câmara Municipal de Montes Claros e a corporação militar, através da 11ª RPM, vêm, juntas, escrevendo importantes capítulos da história de Montes Claros, e, hoje, tenho a felicidade e a honra de receber essa homenagem, em nome de cada servidor, de cada parlamentar que, ao longo desses anos, contribuiu com seu esforço e dedicação para construir essa história de desenvolvimento e transformação da nossa cidade” - destaca o vereador Cláudio Rodrigues.

O coronel Wanderlúcio Ferraz dos Santos, comandante da 11ª Região da Polícia Militar, explica que a Medalha Alferes Tiradentes se constitui na principal comenda da corporação, e tem o objetivo de

distinguir e homenagear personalidades e instituições que prestam relevantes serviços à Polícia Militar e à sociedade. “Ao representar os interesses da população perante o poder público, zelar e vigiar pela

correta aplicação dos recursos e das leis, a Câmara Municipal tornou-se merecedora dessa honraria, e queremos demonstrar gratidão e respeito ao trabalho e atuação dos 23 vereadores-guerreiros que a compõem”, justifica.

A Medalha Alferes Tiradentes, instituída pelo Decreto Estadual 29.774, de 17 de julho de 1989, é a mais alta comenda concedida pela Polícia Militar de Minas Gerais. De acordo com a Polícia Militar, a comenda constitui-se numa reverência ao protomártir da Independência do Brasil e foi inspirada na significação histórica do alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. A medalha é confeccionada em tom suave de bege, destacando-se, ao fundo, a figura do Alferes Tiradentes e uma visão panorâmica de Ouro Preto. Na parte inferior, em uma faixa aberta, está inscrito o ano de 1775, que registra a criação do Regimento Regular de Cavalaria de Minas Gerais, unidade da qual se originou a Polícia Militar de Minas Gerais.

Última

Prefeitura e forças de segurança irão intensificar medidas de combate à Covid-19 em Moc

Em reunião realizada na manhã de terça-feira, os membros do Centro Integrado de Comando e Controle Local de Enfrentamento à COVID-19 em Montes Claros (CIC-CL) receberam representantes dos proprietários de bares e de salões de eventos da cidade. O objetivo foi detalhar as medidas mais duras de fiscalização que serão adotadas

em função do aumento no número de casos da doença no Município. A reunião contou ainda com representantes de diversos órgãos de segurança pública, que anunciaram uma força-tarefa integrada de fiscalização na cidade e na zona rural. As ações deverão contar ainda com blitzes nas principais saídas do município.

De acordo com o secretário de Defesa Social da Prefeitura, Anderson Chaves, uma fiscalização mais rígida é essencial no atual momento. “Vivemos a iminência de uma terceira onda e precisamos da colaboração de todos. Iremos ampliar a fiscalização, para não precisarmos tomar medidas mais enérgicas”, destacou.

O Centro Integrado foi criado no âmbito da pandemia para auxiliar no combate ao coronavírus no município de Montes Claros, através da adoção de ações integradas. Fazem parte do CICCL representantes da Prefeitura, dos órgãos de segurança, da Superintendência Regional de Saúde, SAMU Macronorte e Câmara Municipal.

Clodoaldo, o Crédulo

clodoaldocredulo@gmail.com



Mosca em alta na câmara

Meninos e meninas... Até as moscas tiveram os seus quinze minutos de fama... É veró mesmo... É que teve até uma audiência pública para discutir até o sexo das moscas... Pois todos queriam saber como é que uma produtora de ovos não tem moscas e na vizinhança a coisa é feita e tem para puxar de rodo... Eis que convidaram todo mundo para discutir o assunto... E como sempre não chegaram a lugar algum... Mas uma coisa ficou acertada... A nova música... “Eu sou a mosca que pousou na sua sopa... Eu sou a mosca no quarto a perturbar...” Tá certo que não foi muito criativo... Mas que ficou legal mesmo ficou... Os vizinhos não gostaram.

Se passar fogo o veado corre...

Não começa não... Deixa de ser precipitada e não fica aí falando bobagem... Que discriminação? Hein... Onde tu tá vendo isso? Eu vou explicar... O meu amigo Espanhol... Ele atende por esse nominho mesmo... Estava falando de moscas na câmara municipal e de repente ele falou que espantar moscas usando lança-chama é muito fácil... Pois tem até uma propaganda mostrando uma floresta pegando fogo e os bichos deitando o cabelo... Caindo no capinado... E com fogo... Até veado... Tatu... Lesmas saem correndo no salve quem puder... Você conseguiu entender agora... Ou se preferir eu faço um belo desenho para que tudo fique devidamente esclarecido... Viu, tolinha... Coisinha biita... Mas... Tu sabes.

A bichada enlouqueceu

Ei... Calma, santa, que nem estou falando de você e muito menos da irmandade... Falei? Eu estou falando de bicho mesmo... E não de meninos excessivamente alegres como tu... Enrustido... Armareiro que eu sei... O Frango ficou gripado e endoidou o cabeção de todo mundo... A vaca ficou louca... E o Sapinho perdeu a memória... Agora eu tenho que aguentar esse malinha do Cotoquinho me perguntando por que não vacinaram o frango ainda e nem colocaram a vaca no sanatório e nem deram memorial para o Sapinho... Paraaa eu não sei... Ora... Ora... Esse doidinho do Cotoquinho agora quer mesmo é me endoiar... Onde já se viu isso... Ará.

Textinho ou historinha cretininha xonadinha

Pois muito que bem minha gente mais legal... Nesse momento estou deixando de lado todas as coisas sérias e estou partindo para o nosso besteiro de cada dia... Pois preciso oxigenar o meu glorioso Coquinho com uma tremenda dose de bom humor e, por isso, vou rir um bocadinho... Tu sabe exatamente a razão do galo quando vai canta ele fecha os olhos? NÃO? Pois muito que bem... Vou te dizer... É que ele sabe a musica de cor e salteado... Entendeu? Um dia dois hominhos tinham fumado a mardita e estavam pescando com os pés dentro da lagoa... E logo um sapecou... Aí mermão... Um jacaré comeu o meu pé? O outro sapecou... Qual deles? Sei não, mermão... Eles são todos iguais... Cruzes isso sim é que é doidera, né.

Justiça esquisita

Eu e o meu amiguinho malinha que atende pelo nominho de Cotoquinho estamos aqui sem entender o que se passa no coquinho de certo Procurador que

disse que o banqueiro Daniel Dantas é culpado de corrupção passiva por ter dado mais de 50 milhões de merrequinha para o mensalão... Até aí tudo legal... Mas se a própria justiça e o governo federal não tivessem dito que o tal do Mensalão nunca existiu... Se não existiu... Como é que o Procurador quer punir o banqueiro por um crime que segundo eles jamais existiu... Eita que estamos a pé com certos Procuradores... Daniel e seu advogado estão rindo da bobagem de nossa justiça... Inocente.

Estamos comendo veneno?

Ará só... Isso não é um tiquinho demais para o nosso glorioso coquinho não? Pois eu fiquei sabendo que a grande maioria das nossas verduras e frutas tem mais agrotóxicos do que vitamina... E estão envenenando a todos nós e pior de tudo é que ninguém faz nada de nada para resolver a situação e nós continuamos a comer veneno... Ui... Ui... Que meda... Eu não quero mais comer veneno... E pior de tudo é que pagamos por isso... E nossas autoridades ficam ainda discutindo o sexo dos anjos... Eu to muito chateado... Então por favor, pare esse mundão sem porteira de meu Deus que eu quero descer... Claro, ué... Se nada muda... Mudo eu... Né, não?

Venderam uma adolescente?

Eu não consigo entender o que está acontecendo com a nossa humanidade? O povo está ficando pouco correto do coquinho... E parece que o capiroto do pé redondo e com bafo de enxofre está deitando e rolando... Espia só que coisa mais feia... Uma mulher estava cansada de ter tantos filhos e resolveu vender a sua filha mais velha de apenas 15 anos para um hominho... Que no início dizia que era para olhar os filhos dele... Mas a adolescente muito jeitosa e biitinha... Acabou na cama do hominho safado... E agora a polícia pegou todo mundo e quer saber essa historinha direitinho... Pode? Claro que não pode... Isso é monstruoso e tem que mandar para o xilindró.

Película preta pode ou não?

Parece que alguns policiais militares novos na função e doidinhos para mostrar serviço estão um tiquinho equivocados e criando embarços com alguns cidadãos... Tinha uma blitz na saída de Juramento e um caranguinho foi parado e tudo estava legalzinho... E eis que um policial multou porque ele achou que a película estava escura demais... Claro que é mais clara do que a maioria dos caranguinhos que circulam por aí... Entendo que o policial deveria mandar tirar a película se realmente estivesse escura e não multar de uma vez... O papel do pode público é orientar e não apenas punir a população... Ainda bem que esses são minorias mesmo... Mas é triste isso...

Montei no Porco

Pois muito que bem minha gente mais biitinha desse mundão sem porteira de meu Deus... Nesse momento estou picando a mula... Capando o gato... Caindo no capinado e deitando o cabelo... Enfim eu estou mesmo indo embora e pronto... E acho muito bom que tu não faças nada de errado que não estarei por perto para te acudir não... E, por isso, fique mais que jojada e, por favor, lembrem-se: “tu não és um Deus que tenha prazer na iniquidade: nem contigo habitará o mal. Os arrogantes não pararão na tua presença”... Para pensar.

Fuso do dia – O locutor Galvão Bueno e Casagrande que são os mais chatos do que gilete no chão e eles conseguem fazer qualquer um desgostar da selebreia. Que não me representa. Xô, coisa ruim... Fora!

Xonado do dia – O nobre ex-dil Idelfonso Araujo que vem conseguindo mostrar serviço ao povo e trabalho e obras não em fultão... Sucesso, nobre guerreiro... Fui!

Para Viana, veto de Bolsonaro ao projeto da Sudene foi exclusivamente a pedido de Guedes

O veto aos 81 municípios mineiros da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), gerou crise de confiança entre Planalto e Senado. De acordo com o senador Carlos Viana (PSD-MG), vice-líder do governo, o veto foi exclusivamente por um pedido do Ministério Economia. “Nenhum parlamentar solicitou o veto ao presidente. Foi um pedido do Ministério, que, de última hora, fez um parecer alegando ilegalidade no projeto. Quem quiser usar o veto politicamente para se favorecer está mentindo para os mineiros”, disse Viana.

O senador ressaltou, mais uma vez, a inabilidade do ministro Paulo Guedes em tratar do assunto. “Ele demonstrou descaso, omissão e falta de sensibilidade política junto ao Parlamento e aos mineiros”. Viana pediu a união de todos os deputados e senadores para reverter situação, pois o estado está sendo prejudicado com o veto. “A inclusão destes municípios na Sudene traz mais investimentos e desenvolvimento para Minas. Temos que estar unidos e não ao contrário. Estamos falando de

melhorias para o estado”, ressaltou Carlos Viana.

A entrada dos municípios na Sudene não acarretará em novos gastos e não prejudicará os municípios que atualmente fazem parte da Sudene. “Há recursos para todos. Muitas vezes o dinheiro é devolvido a Superintendência devido à falta de projetos”, explica o senador. Viana explica que já está trabalhando junto com todos os atores para resolver esta questão. “O próprio governo está buscando soluções para reverter isso. Seja por Medida Provisória ou, por exemplo, por derrubada de veto”.

A Sudene foi criada pela Lei no 3.692, de 15 de dezembro de 1959, foi uma forma de intervenção do Estado no Nordeste, com o objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento da região. “O nosso objetivo é exclusivamente ampliar esta área em Minas Gerais, levando tais benefícios a outros municípios, como isenção de impostos e facilidades de empréstimos junto às autarquias estaduais e federais, entre outras ações”, finaliza o senador. (GIOVANNI RIBEIRO – Colaborador)



O senador Carlos Viana e Bolsonaro



SUDENE

Zé Reis se queixa da falta de contrapartida no aumento de recursos

GIRENO ALENCAR

O deputado Zé Reis (Pode) foi à tribuna da Assembleia Legislativa para elogiar o veto do presidente Jair Bolsonaro ao projeto federal que amplia o número de municípios da área mineira da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O deputado explicou que, em tese, não é contra a ampliação.

O problema é que seriam acrescentados 84 municípios, mas sem uma contrapartida no aumento do volume de recursos para investimentos em Minas.

Conforme informou, o Banco do Nordeste, agente de fomento federal na região, destina atualmente R\$ 2 bilhões para 169 municípios mineiros. Com a ampliação, o mesmo montante passaria a ser dividido para

253 municípios. Em outro momento de sua fala, Zé Reis enalteceu a visita do governador Romeu Zema ao Norte de Minas, para tratar de investimentos em corredores de produção regional. Segundo o deputado, serão viabilizadas várias obras, entre elas uma na rodovia que liga Januária a Chapada Gaúcha, potencializando um dos maiores projetos de fruticultura irrigada do país.

Rodrigo Pacheco vê ‘insensibilidade social’ no veto à inclusão de cidades na Sudene

O presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (Democratas-MG), destacou a insensibilidade social da equipe econômica do governo federal como crucial para induzir o presidente da República, Jair Bolsonaro, a vetar o projeto (PLC 148/2.017), que incluiu 81 municípios de Minas Gerais, e três do Espírito Santo, na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O senador mineiro classificou a decisão como “alheia à realidade das cidades brasileiras” e externou o compromisso na busca da derrubada do veto presidencial, publicado na edição desta quarta-feira (23), do Diário Oficial da União (DOU). No dia 9 de junho, em pronunciamento na Assembleia Legislativa, o deputado Zé Reis pediu o veto do projeto. Ele alega não ser contra a inclusão de novos municípios, desde que haja contrapartida de recursos.

Pacheco entende que a iniciativa governamental priva os moradores de áreas mais carentes do país do acesso a recursos importantes para acelerar o desenvolvimento econômico e social das localidades. O despacho do Palácio do Planalto listou questões econômicas para barrar o texto aprovado, por unanimidade, no último mês, no plenário do Senado. “Lamento que o Ministério da Economia, alheio à realidade das cidades brasileiras e com a costumeira insensibilidade social, tenha criado obstáculos técnicos inexistentes para levar o presidente da República, Jair Bolsonaro, a vetar um dos principais projetos de desenvolvimento de Minas Gerais, a inclusão justa de municípios na área da Sudene. Uma grande frustração aos mineiros. Continuarei, junto com toda a bancada mineira, trabalhando para viabilizar o projeto”, ressaltou Pacheco.

Atualmente, 168 cidades de Minas Gerais e 28 do Espírito Santo estão incluídas na Sudene e contam com políticas de desenvolvimento regional específicas, incentivos fiscais e acesso ao Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FNDE). Apesar do avanço, ficaram de fora diversas localidades com indicadores de renda semelhantes aos municípios já beneficiados pela autarquia. Em razão disso, o projeto, de autoria do ex-deputado federal e atual prefeito de Conceição do Mato Dentro, José Fernando Aparecido de Oliveira, busca corrigir a situação e dar tratamento isonômico a municípios mineiros e capixabas. Entre as cidades de Minas Gerais que teriam acesso ao FNDE, estão localidades da região do Vale do Rio Doce que foram atingidas, em 2015, pelo rompimento da barragem da mineradora Samarco.

Os municípios de Minas Gerais

que passam a integrar a área da Sudene com base no PLC 148/2.017 são: Açucena, Água Boa, Aimorés, Alpercata, Alvarenga, Bonfinópolis de Minas, Braúnas, Cantagalo, Capitão Andrade, Carmésia, Central de Minas, Coluna, Conselheiro Pena, Coroa, Cuparaque, Divino das Laranjeiras, Divinolândia de Minas, Dom Bosco, Dolores de Guanhães, Engenheiro Caldas, Fernandes Tourinho, Frei Inocêncio, Frei Lagonegro, Galiléia, Goiabeira, Gonzaga, Governador Valadares, Guanhães, Imbé de Minas, Inhapim, Itabirinha, Itanhomi, Itueta, Jampruca, José Raydan, Mantena, Marilac, Materlândia, Mathias Lobato, Mendes Pimentel, Mutum, Nacip Raydan, Naque, Natalândia, Nova Belém, Nova Módica, Paulistas,

Tem ainda: Peçanha, Periquito, Piedade de Caratinga, Resplendor, Sabinópolis, Santa Bárbara do Leste,



O senador Rodrigo Pacheco e Bolsonaro

Santa Efigênia de Minas, Santa Maria do Suaçuí, Santa Rita de Minas, Santa Rita do Itueto, Santo Antônio do Itambé, São Domingos das Dores, São Félix de Minas, São Geraldo da Piedade, São Geraldo do Baixio, São João do Manteninha, São João Evangelista, São José da Safira, São José

do Divino, São José do Jacuri, São Pedro do Suaçuí, São Sebastião do Anta, São Sebastião do Maranhão, Sardoá, Senhora do Porto, Serra Azul de Minas, Sobralia, Taparuba, Tarumirim, Tumiritinga, Ubaporanga, Uruana de Minas, Virgínia e Virgolândia. (GA)



Carlos Pimenta vê Romeu Zema como resgatador de promissória

O deputado Carlos Pimenta, em discurso na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, salientou que o governador Romeu Zema resgatou a promissória deixada por outros governadores mineiros, quando autorizou a pavimentação

da estrada de Pintópolis a Uruçuia e ainda da construção da ponte em São Francisco, sobre o rio São Francisco. O deputado salientou o papel do seu colega médico Marcos Mesquita, que durante muitos anos levantou essa bandeira pelas duas

obras.

O deputado lembra que outros políticos anunciaram as duas obras, mas não executaram e isso ficou sob responsabilidade de Zema em resgatar essa promissória, usando os recursos do acordo com a Vale.

No seu discurso, o parlamentar citou a importância dessa obra, que interligará o Norte de Minas ao Noroeste e em consequência, ao Centro-Oeste do Brasil e a Brasília, encurtando a distância entre as duas regiões mineiras. (GA)

Audiência pública discute emendas impositivas

GIRLENO ALENCAR

A Câmara de Montes Claros, através da comissão de Legislação, Justiça e Redação e da comissão de Finanças e Tomadas de Contas, promoveu na manhã de ontem (24), a audiência pública para discutir a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) para o exercício de 2022. A receita estimada no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e de investimentos é de R\$ 1.404.822 bilhão. Foi acrescentado ao projeto uma emenda de iniciativa da presidência da Câmara que resguarda as emendas impositivas que são propostas pelos vereadores.

O presidente da Casa, vereador Cláudio Rodrigues (Cidadania), destacou que a medida é uma forma de proteger a autonomia do legislativo em indicar possíveis obras e investimentos no município. "A emenda impositiva é instrumento pelo qual os vereadores podem apresentar sugestões onde o dinheiro público poderá ser investido, principalmente nas áreas da saúde e educação", destaca Ro-

drigues.

De acordo com a legislação, antes de ir à votação o projeto (nº 44/2021) que trata sobre a LDO deve ser discutido e apresentado aos vereadores, uma vez que trata sobre o orçamento do próximo ano. A receita prevista para 2022 é de R\$ 1.380.250 bilhão, e para as empresas públicas (MC-Trans e Esurb) a estimativa é R\$ 24.572.800,00, somando total de R\$ 1.404.822.000,00.

A LDO atualizará a margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receitas resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que impliquem em aumento da base de cálculo, bem como na legislação tributária. "Essa audiência nos ajuda a compreender os próximos passos do município quanto a gestão dos recursos públicos e de qual forma, nós, como legislativo, podemos alinhar a necessidade do povo com as condições ofertadas", ressaltou o vereador Júnior Martins (Cidadania), presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Reda-



ção.

O promotor de Justiça, Felipe Caires, pontuou que a audiência pública para discutir a LDO é uma

prova de transparência dos dois poderes (executivo e legislativo). Caires ainda afirmou que a função do parlamentar é fiscalizar e legislar,

junto com o Ministério Público. Ele abordou com os vereadores os riscos de impunidade generalizada no país, caso as modificações na Lei de

Improbidade, aprovadas na semana passada na Câmara dos Deputados, não sejam revistas pelo Senado e pela própria Câmara Federal.

Avaliação Trimestral da rede estadual é prorrogada até o dia 2 de julho

A Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) prorrogou até o dia 2 de julho o prazo para realizar a Avaliação Trimestral. O período se encerraria nesta sexta-feira (25/6), mas foi ampliado por mais uma semana para dar mais uma oportunidade para que os estudantes que ainda não realizaram a prova possam fazer o exame. A avaliação acontece durante o Regime de Estudo não Presencial e pretende contribuir para fornecer subsídios ao professor para constatar se os objetivos de ensino estabelecidos foram atingidos.

A Avaliação Trimestral está disponível para ser realizada por alunos da rede pública estadual a partir do 2º ano do ensino fundamental até o 3º ano do ensino médio, além das turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA)



Estudantes ganham mais uma semana para realizar a prova, disponível on-line - via aplicativo Conexão Escola 2.0 e web - e de forma impressa para quem não tem acesso à internet

e correção de fluxo. Os exames estão disponíveis on-line - via aplicativo Conexão Escola 2.0 e

web - e também de forma impressa para quem não tem acesso à internet.

Para a superintendente de Avaliação Educacional da SEE/MG, Joyce Soares Rodrigues Pe-

trus, a Avaliação Trimestral oferece importante orientação para determinar o desenvolvimento dos estudantes. E os benefícios de realizar a prova vão além: "Os resultados permitem identificar lacunas de aprendizado e orientar ações específicas de professores e gestores. Além do acompanhamento próximo, os resultados das avaliações também servirão para o reconhecimento dos esforços de lideranças que estão fazendo a diferença em suas realidades, através do Prêmio Escola Transformação", destaca Joyce.

A partir dos resultados, assim como feito na Avaliação Diagnóstica, será feito um plano de estudos individual, com as indicações do conteúdo que deve receber mais atenção e qual o material pode ser usado pelo alu-

no para cumprir o objetivo. Os resultados serão compartilhados também com os professores e diretores.

PLANO DE AÇÃO

Cada escola poderá determinar se vai atribuir pontos na avaliação para os alunos e sobre a obrigatoriedade de realização da prova com as turmas de sua unidade de ensino. Vale lembrar que a Avaliação Trimestral deve ser feita sem consulta. Assim, será possível ter um diagnóstico mais fiel da realidade de cada aluno da rede. A participação na Avaliação também conta para o Prêmio Escola Transformação, que pode render premiação em dinheiro para a escola. Quanto maior a participação, melhor no ranking a unidade de ensino vai ficar. (Agência Minas)

Conta de água terá redução de até 15% a partir de 1º de agosto

Em média, queda na fatura da Copasa será de 1,52%; tarifa para serviço de esgoto será unificada

A partir de 1º de agosto, mais de 80% da população que possui algum serviço de tratamento de esgoto em Minas Gerais perceberá uma redução de até 15% no valor das suas faturas. Em média, os consumidores de água e esgoto da Copasa terão redução de 1,52% na conta, além da unificação geral da tarifa para o serviço de esgoto. A deliberação sobre a revisão tarifária da Copasa foi aprovada nesta quinta-feira (24/6) em reunião extraordinária da Diretoria Colegiada da Arsa-MG, transmitida ao vivo no canal da agência no Youtube.

"A redução da conta de água vai amenizar os impactos econômicos da pandemia em toda a região. Estamos fazendo tudo o que está ao nosso alcance para dar alívio à população, principalmente aos mais pobres", afirma o governador Romeu Zema.

A diminuição no valor final da fatura dependerá do volume consumido, do tipo de cliente (residencial, social, comercial, industrial e público) e do tipo de tratamento de esgoto utilizado. Na prática, um usuário residencial com água, coleta e tratamento de esgoto que consome até 5m³, por exemplo, deixa de pagar uma conta de R\$ 36,04 e passa a pagar R\$

30,64, uma redução de 14,98%.

O diretor-geral da Arsa-MG, Antônio Claret, ressaltou a redução histórica nas contas. "Hoje, temos um índice inflacionário no Brasil chegando a 32% e a nossa tarifa média está com redução de 1,52%. Ou seja, além de não ter o reajuste pela inflação, está havendo uma redução histórica nas contas. Outro ponto importante é a unificação da taxa de esgoto, com a redução do subsídio. Assim, faz-se a justiça tarifária. Esta revisão busca a menor tarifa possível desde que disponíveis recursos para que a Copasa possa operar e investir dentro do nível necessário para o Novo marco do Saneamento", explicou.

ESGOTO

Além disso, a Arsa-MG extinguiu a tarifa de tratamento de esgoto e definiu uma única tarifa para o serviço, seja ele coleta ou tratamento. Essa nova tarifa representa o valor de 74% da tarifa de água, bem inferior aos 100% atuais para quem tem o esgoto tratado.

Atualmente, a Copasa possui duas tarifas de esgotamento sanitário a depender do tipo de serviço que fornece. Se o usuário tem apenas a coleta e o afastamento do seu esgoto, ele paga a tarifa EDC, que

representa 25% da tarifa de água. Se ele possui o serviço completo de esgoto, com a coleta, afastamento e também o tratamento, ele paga a tarifa EDT, que representa 100% da tarifa de água. Porém, as tarifas EDC pagam menos da metade dos custos incorridos pelo prestador. Ou seja, quem tem tratamento de esgoto subsidia grande parte da conta de quem tem somente coleta. Agora, com a mudança aprovada, a Copasa passará a ter uma única tarifa para o serviço de esgoto, independentemente do serviço prestado.

Isso não significa que a Copasa passará a cobrar por um serviço não prestado, nos casos em que ainda não há tratamento de esgoto. As tarifas foram ajustadas para que o faturamento global da empresa corresponda ao que é devido pelo serviço efetivamente prestado, e serão feitas compensações nos reajustes anuais para corrigir possíveis desvios. Por outro lado, os usuários pagarão tarifas mais aderentes aos custos do serviço prestado e mais coerentes com o benefício percebido individualmente, lembrando que o tratamento de esgoto beneficia a coletividade e não apenas os usuários que têm seu esgoto tratado.

PROGRAMAS

Os programas especiais: Proteção de Mananciais, Subsídio Copanor e Repasse Tarifário para fundos municipais foram mantidos. Foi criado o programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e definido um conjunto mais completo de indicadores para os mecanismos de incentivo à expansão e qualidade dos serviços.

CONSTRUÇÃO

A definição da revisão tarifária ocorreu após intenso processo de estudo e debate, com participação da sociedade e recebimento de contribuições acerca dos temas tratados. Em três fases foi estabelecido um conjunto de regras e mecanismos de indução à eficiência, expansão e qualidade dos serviços ao longo dos próximos quatro.

A primeira fase começou em maio de 2020 e apresentou a pauta da Revisão, a classificação regulatória das contas contábeis e a metodologia de verificação de áreas. A segunda fase teve início em novembro de 2020 e discutiu a definição das metodologias a serem utilizadas para a reconstrução das tarifas. Já na terceira e última fase do processo foram apresentados os resultados.

Em audiência pública, a Arsa-

MG debateu os impactos tarifários a serem percebidos pelos usuários da Copasa, assim como as regras que prevalecerão para os reajustes e revisões tarifárias nos próximos anos. Nesta etapa foram recebidas 72 contribuições.

Durante todas as fases do processo da 2ª Revisão Tarifária da Copasa a equipe da Agência analisou mais de 250 contribuições recebidas, as quais tiveram como origem tanto os prestadores de serviços regulados e

os titulares, quanto a sociedade civil e outros órgãos públicos relacionados à temática. Em todo o processo da revisão das tarifas da Copasa, o objetivo da Agência foi ampliar o debate e a transparência de todo o processo, abrindo diversos espaços para a participação e discussão.

Todas as notas técnicas, resoluções e demais documentos elaborados estão disponíveis para consulta no site da Arsa-MG. (Agência Minas)

BIASILEILOS EDITAL ÚNICO DE LEILÃO | PRESENCIAL E ON-LINE
1º Leilão: dia 29/06/2021 às 10:40h | 2º Leilão: dia 30/06/2021 às 10:40h

Eduardo Consentino, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 616 (João Victor Barroca Galeazzi - preposto em exercício), devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário BANCO RODOBENS S/A, inscrito no CNPJ/MF sob nº 35.803.457/0001-40, faz saber que, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514 de 20 de novembro de 1997 e regulamentação complementar do Sistema de Financiamento Imobiliário, que institui alienação fiduciária de bem imóvel, fará realizar: **Primeiro Leilão: dia 29 de Junho de 2021 às 10:40 horas. Segundo Leilão: dia 30 de Junho de 2021 às 10:40 horas.** Local do Leilão: Avenida Fagundes Filho, 145 - conj. 22 - Vila Monte Alegre - São Paulo/SP. As demais condições de venda constarão no catálogo que será distribuído no leilão on-line e pela internet. **Descrição do Imóvel: O lote de terreno nº 19, da quadra "G", com área superficial total de 126,00 m², situado na Rua Projetada 16, no loteamento "TERRA JARDIM - MONTES CLAROS", nesta cidade de Montes Claros/MG, com as seguintes medidas e confrontações: 7,00m de frente, igual dimensão nos fundos, por 18,00m de cada lado, confrontando pela frente com a Rua Projetada 16, pelo lado direito com o lote nº 18, pelo lado esquerdo com o lote nº 20, e pelos fundos com o lote nº 15. Matrícula nº 55.438 do Ofício do 2º Registro de Imóveis de Montes Claros/MG. Valor de Venda do Imóvel acima descrito: 1º Leilão R\$ 51.000,00. Valor de Venda do Imóvel acima descrito: 2º Leilão R\$ 59.192,49. Caso não haja licitantes ou não seja atingida a oferta mínima prevista, o bem será vendido em 2º Leilão Extrajudicial, no dia 30 de Junho de 2021, às 10:40 horas, no mesmo local, pelo maior lance ofertado (§ 2º do Art. 27), desde que igual ou superior ao valor da dívida, dos débitos de IPTU, Condomínio, Encargos Legais e Contratuais, Prêmios de Seguros e Honorários Advocatícios. Para a participação online o Arrematante deverá se habilitar no site www.biasileiilos.com.br, até uma hora antes do leilão. Obs: Eventuais débitos de IPTU, condomínio, custos do leilão e quaisquer outros débitos que o imóvel possuir, estes serão por conta exclusiva do arrematante. O pagamento, em qualquer dos leilões, será à vista e em favor da Credora Fiduciária, no valor integral do lance vencedor. Não será aceito pagamento mediante cheque. Correrá por conta do comprador todas as despesas relativas à aquisição do imóvel no leilão, como: pagamento de 5% (cinco por cento) a título de comissão do Leiloeiro sobre o valor de arrematação e no ato da arrematação, Escritura Pública, Imposto de Transmissão, Foro, débitos de luz e água, débitos de IPTU, taxas, alvarás, certidões, emolumentos cartorários, registros, averbações, etc. A escritura pública caso seja necessária será realizada em até 90 (noventa) dias. O imóvel objeto do leilão será alienado em caráter "Ad Corpus" e no estado em que se encontra inclusive no tocante a eventuais ações, ocupantes, locatários e posseiros. A vendadora não se responsabiliza por quaisquer irregularidades que porventura possam existir, seja por divergência de áreas, mudança no compartimento interno, averbação de benfeitoria, estado de conservação, localização, situação fiscal e ocupação do imóvel arrematado. Caso necessite de regularização da área construída, esta será por conta do arrematante. Conforme alteração da Lei 9514/97, artigo 27, pela lei 13.465/17 § 2-B, fica assegurado ao devedor fiduciante o direito de preferência para adquirir o imóvel por preço correspondente ao valor da dívida acrescido de 5% (cinco por cento) de comissão do leiloeiro, conforme esse edital. A vendadora não se responsabiliza por eventuais questionamentos que possam ser feitos judicialmente pelo(a) anterior proprietário(a). Na hipótese do imóvel arrematado estar ocupado ou locado, o arrematante assume total responsabilidade no tocante à sua desocupação, assim como suas respectivas despesas. O arrematante também exime a vendadora de quaisquer responsabilidades por eventuais ações judiciais imputadas pelos proprietários anteriores ou terceiros, com referência ao imóvel e ao procedimento ora realizado, bem como de danos morais, materiais, lucros cessantes, etc.**

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiilos.com.br

Escola em aldeia indígena é incendiada no Norte de Minas

GIRLENO ALENCAR

A escola Xukurank e a Casa da Medicina Tradicional da aldeia indígena Xakriabá foram incendiadas na madrugada de ontem (24), em São João das Missões, no Norte de Minas. Segundo informações repassadas pelo prefeito Jair Cavalcante Barbosa, o fogo atingiu a secretaria da escola indígena, que fica na Aldeia Barreiro Preto. "Tudo indica que foi um ato criminoso, eu não confirmo porque não estive no local para verificar, mas fiz contato com o pessoal da comunidade. Foi incendiada a secretaria da escola e tentaram incendiar a casa de medicina tradicional. Como autoridade do município, eu exijo que seja feito um processo de investigação. Se ficar comprovado, que o criminoso pague pelos seus atos", relata Barbosa.

Em uma postagem nas redes sociais, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) confirmou o atentado e pediu por justiça. Uma equipe da Polícia Militar de São João das Missões se deslocou para a aldeia indígena no início da manhã de ontem. No dia anterior, os indígenas protestaram contra a aprovação do Projeto de Lei 490 e fecharam a BR-135, entre São João das Missões e Manga. O protesto foi pacífico e durou cerca de 5 horas. O projeto prevê mudanças no reconhecimento da demarcação das terras e do acesso a povos isolados. O PL 490/2007 determina que são terras indígenas aquelas que estavam ocupadas pelos



povos tradicionais em 5 de outubro de 1988. Ou seja: é necessária a comprovação da posse da terra no dia da promulgação da Constituição Federal. Pela legislação atual, a demarcação exige a abertura de um processo administrativo dentro da Fundação Nacional do Índio (Funai), com criação de um relatório de identificação e delimitação feito por uma equipe multidisciplinar, que inclui um antropólogo. Não há necessidade de comprovação de posse em data específica.

Além da implementação do marco temporal, o texto também proíbe a ampliação de terras que já foram demarcadas previamente, independentemente dos critérios e da reivindicação por parte dos povos indígenas interessados. Há, ainda, um ponto bastante criticado por

organizações não-governamentais a respeito de um trecho do projeto que abriria espaço para uma flexibilização do contato com povos isolados, o que poderia causar um perigo social e de saúde às comunidades.

Ontem, as lideranças indígenas divulgaram mensagem onde informam "que com uma tristeza muito grande e coração cheio de dor que nesta madrugada recebemos a notícia e as senas da nossa escola Xukurank na terra Indígena Xakriabá e Casa da Medicina Tradicional Xakriabá da nossa aldeia foi queimada, a nossa Aldeia, as pessoas a frente da direção da escola, mas toda comunidade escolar que sabe o quanto significa está profundamente triste em clima de velório, podem nos perguntar, mas morreu alguém? E

quem disse que em partes não sentimos assim, porque o que fizeram foi colocar fogo na história e trajetória da vida de cada um".

"Lugar onde construir minha vida toda e a trajetória escolar desde os seis anos de idade, lugar onde, ainda criança, vi muitas lideranças e professores, professoras reunirem, pra avançar na luta pela educação, pelo direito, a escola foi um chão que levou a importantes decisões e conquistas, mas como alguém pode cometer tamanha crueldade? Quem não respeita a luta pela construção coletiva investida num passado, vai conseguir construir algum futuro melhor?"

Conclui que "estamos vivendo em cortina de fumaça os direitos indígenas sendo saqueado, ontem acabaram de votar PL 490 que

anula a Demarcação dos Territórios Indígenas já não basta cenário de guerra, precisa provocar outras guerras? Pegaram em um ponto que vai prejudicar a vida não é somente de quem trabalha na escola, todo mundo a escola vai ter dificuldade de caminhar sem a vida documental de cada criança de cada pessoa que precisa, de um jovem que quer sair pra estudar, todo mundo que tem trajetória escolar. Mesmo que reconstrua a estrutura os arquivos material não serão recuperados de histórico, somente aqueles que estão no sistema. Mas não é sobre isso exatamente é como pode destruir a história da luta que tinha forte legado ali na educação, as pessoas que não sentem sensibilizada com a luta a história coletiva não percebe que queimou a vida de muitas pessoas

juntas e comemora uma ação criminoso de atentado deste não pode ter um projeto que preserve a vida e a construção de caminhos melhores.

"Não se pode curar o mal com a mesma enfermidade, qualquer seja a questão de alguém a violência não pode ser o caminho, porque a violência leva caminho da morte. A luta e a justiça precisa caminhar junto. Para violência só tem um remédio o amor, tentaram colocaram fogo na nossa escola, mas não vai queimar e nem matar a nossa coragem de lutar pelos direitos coletivo do povo Xakriabá, porque sinal de sabedoria é mesmo estando numa guerra a gente lutar pela paz. A educação Indígena, as escolas Indígenas merecem respeito, não podemos construir um bom futuro destruindo o passado.

Escolas do Norte de Minas receberão apoio do Programa Brasil na Escola

STÊNIO AGUIAR

As escolas municipais Francisco Athayde e Caio Lafeté, de Montes Claros, estão entre as unidades educacionais contempladas com a ajuda técnica e financeira por meio do Programa Brasil na Escola (PBE) com recursos do Governo Federal. A relação das escolas foi divulgada ontem (24) pelo Ministério da Educação. A pasta prevê destinar mais de R\$ 200 milhões aos estabelecimentos de ensino municipais e estaduais já validados.

O Norte de Minas teve ainda outras 68 escolas estaduais e municipais contempladas em 30 cidades. São seis escolas em Bocaiuva; três, em Brasília de Minas; duas, em Chapada Gaúcha; uma, em Cristália; uma, em Coração de Jesus; duas, em Espinosa; duas, em Francisco Sá; duas, em Ibiaí; uma, em Itacambira; duas, em Itacarambi; sete, em Jaíba; uma, em Janaúba; 18, em

Januária; três, em Japonvar; duas, em Luislândia; duas, em Manga; três, em Matias Cardoso; duas, em Mirabela; uma, em Miravânia; uma, em Pai Pedro; uma, em Patis; uma, em Pedras de Maria da Cruz; uma, em Pirapora; uma, em Porteirinha; quatro, em Riacho dos Machados; dez, em São Francisco; cinco, em São João da Ponte; uma, em Salinas; uma, em Ubá e; nove, em Vazelândia.

O apoio técnico e financeiro é um dos três eixos estruturantes

do PBE, junto com a valorização de boas práticas e a inovação. Entre os objetivos do auxílio estão o aprimoramento das competências e habilidades de gestão escolar a partir do uso de informações educacionais e evidências científicas e o aperfeiçoamento da organização pedagógica e escolar, de modo a implementar projetos e rotinas que permitam a melhoria das aprendizagens e diminuição da reprovação. (Com informações da Agência Brasil)



A escola municipal Caio Lafeté foi uma das contempladas com o benefício

OPORTUNIDADE

VENDE-SE

Cobertura de luxo, ao lado do Hotel Dubai, Edifício Dr. Jose Estevam, com vista privilegiada e preço de oportunidade!

Ligue agora e faça-nos uma visita!
(38) 9 8401-7670



COMIDA CASEIRA

POTE & PILÃO

Marmitex

LOCAL PARA RETIRADA:

- Próximo ao Dr. João Alves sem taxa de entrega

peça o seu | telefone:

(38) 9 9162-1433
(38) 9 91271883
(38) 9 9135-3964

VALOR SEM TAXA

R\$ 10,00

VALOR COM TAXA

R\$ 12,00





Fundação Dr. Moisés Magalhães Freire trabalha com sustentabilidade ambiental

GIRLENO ALENCAR

No último dia 5 de junho, foi comemorado o Dia Mundial do Meio Ambiente e, na Fundação Dr. Moisés Magalhães Freire, a sustentabilidade ambiental é reforçada, diariamente, em todos seus processos, atividades e serviços realizados. A preservação do meio ambiente, respeitando a saúde e segurança dos colaboradores, clientes, fornecedores, comunidade e partes interessadas, é retratada nos cuidados com a estrutura da fundação, no gerenciamento dos resíduos, na economia dos insumos (água, energia e gás) e nas campanhas e treinamentos com os funcionários do hospital.

Por meio do monitoramento diário dos seus impactos ambientais, a Fundação visa proteger o ambiente

e a biodiversidade, em que está inserida. Até mesmo os pacientes, familiares e visitantes são sensibilizados para as boas práticas ambientais. Na gestão dos seus resíduos, a Fundação executa cuidadosamente a coleta, transporte, tratamento e destinação de forma adequada, promovendo a segurança e redução dos riscos de infecção e contaminação dentro e fora do ambiente hospitalar. "Todos estão mobilizados por esta causa. Temos uma grande eficiência nas nossas equipes que cuidam da limpeza, dos resíduos, da jardinagem e da manutenção da Fundação, as quais têm o reconhecimento de todos os funcionários, que também contribuem para a sustentabilidade de ambiente hospitalar seguro e com mais qualidade de vida", destaca o presidente da fundação, Luís Gustavo Massa.



Defesa Civil distribui 3 mil cestas para vítimas da seca

A Coordenadoria Estadual de Defesa Civil está entregando 3 mil cestas básicas para as vítimas da seca no Norte de Minas, sendo 100 famílias em cada um dos 30 municípios e com previsão de chegar a 4,5 mil cestas. Os produtos estão armazenados no Galpão da Regional de Defesa Civil, na sede do 10º Batalhão em Montes Claros e os prefeitos tem que buscar as cestas. Na última quinta-feira (18), o coronel Osvaldo de Souza Marques, chefe do Gabinete Militar e coordenador estadual de Defesa Civil tinha anunciado na visita do governador à cidade de São Francisco, onde na ocasião apresentado projetos da Defesa Civil do Estado.

O 'Projeto convivendo com a seca' que prevê a constituição de 4 mil cisternas individuais, para famílias em áreas de situação periclitante da seca. O Projeto Kits de Defesa Civil com a previsão de distribuição de 479 Kits de Defesa Civil composto de uma caminhonete 4 x 4, notebook, trena eletrônica e coletes de defesa civil. O coordenador estadual do Cedec salientou que os projetos seguem a orientação do Governo do Estado quanto às premissas de integração, sinergia e sustentabilidade nas ações de governança. Por fim, anunciou a ação humanitária de envio de 3 mil cestas básicas para o depósito Regional da Cedec em Montes Claros, para distribuição às famílias em vulnerabi-

lidades, dentre elas da seca, e reforçou a missão de ações preventivas, preparatórias e mitigadoras de riscos.

O governador Romeu Zema publicou no Diário Oficial de Minas Gerais de ontem (24), o Decreto 209, com a data de 19 de maio, que declarou Situação de Emergência nos municípios do Estado de Minas Gerais que especifica, em razão das áreas afetadas por seca em 127 municípios, sendo 87 do Norte de Minas. Os municípios apresentaram o Formulário de Identificação de Desastre Naturais, como foi exigido pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil de Minas Gerais. No decreto, o governador alega que considerando: que a insuficiência dos índices pluviométricos em alguns municípios de Minas Gerais, com destaque para as regiões Noroeste, Norte, Mucuri e Jequitinhonha, provocou a redução das reservas hídricas do Estado, causando problemas de abastecimento, inclusive para o consumo humano e animal, reduzindo o padrão de qualidade de vida da população afetada e trazendo também prejuízos na agricultura e na pecuária. Cita que, apesar do término do período chuvoso de 2020-2021, os danos e os prejuízos oriundos da seca permanecem afetando alguns municípios e que compete ao Estado a preservação do bem-estar da população nas regiões atingidas por eventos adversos causa-

dores de desastres, para, em regime de cooperação, combater e minimizar os efeitos das situações de anormalidade. Pontua ainda que, apesar das ações adotadas pelos municípios e pelo Estado, há necessidade da atuação de todos os integrantes do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil em resposta ao desastre e que o parecer da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil de Minas Gerais relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência.

Por isso, fica declarada Situação de Emergência nos municípios do Estado de Minas Gerais. A declaração de situação de anormalidade de que trata este decreto está de acordo com os critérios estabelecidos pela instrução Normativa nº 36, de 4 de dezembro de 2020, do Ministério do Desenvolvimento Regional e, em consequência desta declaração, passa a produzir os efeitos jurídicos no âmbito da jurisdição estadual. O decreto estabelece que fica autorizada a mobilização dos integrantes do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, no âmbito do Estado, para prestar apoio complementar aos municípios atingidos, mediante a coordenação do Gabinete Militar do Governador, por meio da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, em articulação com todos os setores do Estado e com a Secretaria Nacional de Proteção e De-

fesa Civil.

Os 87 municípios do Norte de Minas constantes no decreto são Águas Vermelhas, Berizal, Bocaiuva, Bonito de Minas, Botumirim, Brasília de Minas, Buenópolis, Buritizeiro, Campo Azul, Capitão Enéas, Catuti, Chapada Gaúcha, Claro dos Poções, Cônego Marinho, Coração de Jesus, Cristália, Curral de Dentro, Engenheiro Navarro, Espinosa, Francisco Dumont, Francisco Sá, Fruta de Leite, Gameleiras, Glaucilândia, Grão Mogol, Guaraciama, Ibiaí, Ibiracatu, Icaraí de Minas, Indaiabira, Itacambira, Itacarambi, Jaíba, Janaúba, Januária, Japonvar, Jequitaiá, Josenópolis, Juremundo, Juvenília, Lagoa dos Patos, Lassance, Lontra, Luislândia, Mamonas Manga, Matias Cardoso, Mato verde, Mirabela, Miravânia, Montalvânia, Monte Azul, Montes Claros.

Tem ainda: Montezuma, Ninheira, Nova Porteirinha, Olhos-d'Água, Pai Pedro, Patis, Pedras de Maria da Cruz, Pintópolis, Pirapora, Ponto Chique, Porteirinha, Riacho dos Machados, Rio Pardo de Minas, Rubelita, Santa Cruz de Salinas, Santa Fé de Minas, Santo Antônio do Retiro, São Francisco, São João da Lagoa, São João da Ponte, São João das Missões, São João do Pacuí, São João do Paraíso, São Romão, Serranópolis de Minas, Taiobeiras, Ubaí, Uruçuia, Vargem Grande do Rio Pardo, Várzea da Palma, Varzelândia e Verdelândia. (GA)

Adesão a acordos da União vai gerar economia de recursos públicos em Minas

Governo estadual adota medidas estabelecidas pelo Ministério da Economia, que ajudam a diminuir gastos com compras de softwares

Para reduzir gastos e definir teto de preços em licitações, o Governo de Minas aderiu a acordos corporativos firmados pelo Ministério da Economia (ME) com grandes fabricantes de produtos e serviços de Tecnologia da Informação (TI). A adesão, feita pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), resultará na economia de recursos públicos

em compras de softwares de empresas como Microsoft e VMware.

O superintendente central de Governança Eletrônica da pasta, Fabrício Salum, ressalta que o governo estadual atuou com a finalidade de garantir oportunidades de ganho em escala e a preços menores que os já praticados individualmente. "Há ganhos para todo o Estado, pois os

acordos garantem um teto de preço. Ou seja, colocamos um limite e, mesmo com uma compra em menor escala, em que as empresas poderiam oferecer um valor de sua preferência, teremos uma normatização seguindo o que foi articulado e firmado pelo Ministério da Economia", afirma.

O diretor central de Gestão de

Serviços e Infraestrutura de Tecnologia de Informação e Comunicação da Seplag, Wesley Nogueira, também destaca os benefícios da adesão. "A ação é fruto da parceria entre os governos estadual e federal, proporcionando a otimização dos processos e a economia aos cofres públicos. Na prática, significa a obtenção dos melhores preços praticados pelo

mercado em diversas licitações a serem realizadas no Poder Executivo Estadual, gerando equilíbrio entre as aquisições de diferentes órgãos para o mesmo software, independentemente do quantitativo demandado", explica o diretor.

Conforme a pasta, após a assinatura da adesão aos acordos corporativos firmados, os órgãos passam

a utilizar o catálogo de preços para cada produto de TI das empresas englobadas pela medida, de forma que os preços praticados nas licitações não podem extrapolar os valores descritos. Segundo o ME, no caso da Microsoft, o catálogo dispõe de 2 mil itens, por exemplo, e cada um deles precisa ser observado. (Agência Minas)

MASTEC
Cartuchos Toners
Qualidade em cartuchos e toners

Na MASTEC, você recebe a impressora a custo zero e só paga a cópia! Consulte nossas condições.

Rua Bocaiuva, 583 Centro - Montes Claros - MG Fone (38) 3214-1202
Av. Cônego Ramiro Leite, 30A - Centro - Januária - MG Fone (38) 3621-1000
Av. Pio XII, 433 - Santos Dumont - Pirapora - MG Fone (38) 3742-2001

RIO PARDO DE MINAS

Polícia de Meio Ambiente prende quadrilha durante operação

Durante uma operação da Polícia Militar de Meio Ambiente, na zona rural de Rio Pardo de Minas, seis pessoas foram presas. A ação foi denominada Nova Aurora por ter como foco a comunidade rural que tem esse nome. "Trata-se de uma área com histórico de conflitos por terras. Além disso, um tiroteio ocorreu no local há dois meses. A operação foi realizada com vistas ao combate da produção ilegal de carvão e de outros crimes", fala o sargento Warner Lima. A ação contou com a participação de militares do 4º Grupamento, com sede em Taiobeiras, do Grupamento de Espinosa e da Cia de Meio Ambiente de Montes Claros.

De acordo com o sargento, dois homens foram presos por produção e venda ilegal de carvão. Eles receberam autuações pelas infrações ambientais. "Para produzir o carvão vegetal é preciso ter a documentação do órgão ambiental. Além disso, a madeira adquirida também não era



POLÍCIA MILITAR DE MEIO AMBIENTE

legal, já que também não tinha a documentação necessária", explica. Os policiais fizeram a apreensão de eucalipto durante as buscas. Um dos suspeitos de envolvimento com a produção e venda do carvão também foi detido por comercializar combustível no quintal de casa.

"Na residência, nós encontramos 165 litros de gasolina, que era

anunciada a R\$ 7 o litro, conforme mostra uma placa no local", diz o sargento Warner, acrescentando que, além da comercialização também ser ilegal, oferece riscos para quem mora no imóvel e para quem realiza a compra. Outras três pessoas foram presas na operação Nova Aurora por posse ilegal de arma. "A suspeita é de que as armas eram utilizadas para a

caça predatória de animais silvestres e até nas disputas por terras".

Além das armas, a PM apreendeu ainda várias motocicletas com o chassi raspado - que são provenientes de leilões e não poderiam ser utilizadas para a locomoção - e uma com sinais de adulteração. Uma pessoa foi presa por estar com um desses veículos em situação irregular.

Grupo investigado por saque de créditos de precatórios judiciais é alvo de operação no Estado

Foi deflagrada, nessa quinta-feira (24), a segunda fase da operação Stello, da Polícia Federal, que combate crimes de estelionato e associação criminosa com o objetivo de efetuar o saque de créditos de precatórios judiciais. Segundo a PF, as investigações indicam que o grupo criminoso é formado por escreventes cartorários, advogados e funcionários de bancos. Os levantamentos apontam ainda o saque de 12 precatórios, no valor de R\$ 500 mil. A polícia cumpriu mandado de busca e apreensão na casa de um advogado e representante ainda por mandados de bloqueio de bens e constrição patrimonial em nome dos alvos da investigação. Os nomes deles não foram divulgados.

"[Os integrantes] se associaram para levantar informações de créditos de precatórios disponíveis para saque, falsificarem procurações públicas e efetuar o saque dos valores



POLÍCIA FEDERAL

dos precatórios nas instituições financeiras", esclareceu a PF em nota divulgada à imprensa. A PF explicou que o precatório judicial é necessário para que o Poder Público efetue o pagamento de uma condenação. Conforme a PF, nesta quinta, cinco pessoas foram ouvidas na delegacia de Montes Claros e indicadas pelos crimes previstos nos seguintes

artigos: artigo 171, §3: obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento; artigo 288: associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes; artigo 297: falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar

documento público verdadeiro.

A primeira fase da operação Stello foi realizada em 10 de dezembro de 2019, com o objetivo de apurar saques criminosos de precatórios no valor aproximado de R\$ 1,3 milhão. Na época, foram cumpridos sete mandados de prisão e 14 de busca e apreensão em vários locais do país. A partir da investigação, 10 pessoas foram denunciadas pelos mesmos crimes verificados na segunda fase da ação.

"Durante a análise das apreensões de documentos ocorridas na primeira fase da operação, surgiram novos indícios da atividade criminosa e a segunda fase teve início. Apurou-se que outros 12 créditos de precatório, no valor aproximado de 500 mil reais, haviam sido objeto de fraude por parte do grupo criminoso. Identificou-se ainda que outras pessoas integram a associação criminosa."

Maioria do STF impede convocação de governadores pela CPI da Pandemia

A maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) referendou ontem (24) a decisão individual da ministra Rosa Weber que suspendeu as convocações de governadores determinadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia. Até o momento, seis dos 11 ministros confirmaram a decisão. O julgamento é realizado virtualmente, modalidade na qual os ministros apresentam seus votos pelo sistema eletrônico sem se reunirem presencialmente. Os demais votos poderão ser proferidos até às 23h59.

A decisão de Rosa Weber foi motivada por um recurso protocolado pelos governadores para evitar os depoimentos.

Segundo a ministra, os chefes do Executivo local devem prestar contas perante as assembleias legislativas ou ao Tribunal de Contas da União (TCU), jamais perante o Congresso Nacional.

"Tenho por suficientemente evidenciado, pelo menos em juízo preliminar, fundado em cognição sumária inerente aos pronunciamentos judiciais cautelares, que a convocação de governadores de estado pelo órgão de investigação parlamentar do Senado Federal (CPI da Pandemia), excedeu os limites constitucionais inerentes à atividade investigatória do Poder Legislativo", decidiu. Em maio, foram aprovadas as



DIVULGAÇÃO

convocações de governadores de estados que tiveram operações da Polícia Federal (PF) contra desvios em recursos federais para o combate à pandemia da covid-19.

Antes da decisão do STF, deveriam comparecer à comissão os seguintes governadores: Wilson Lima

(Amazonas), Helder Barbalho (Pará), Ibaneis Rocha (Distrito Federal), Mauro Carlesse (Tocantins), Carlos Moisés (Santa Catarina), Antonio Denarium (Roraima), Waldez Góes (Amapá), Marcos Rocha (Rondônia) e Wellington Dias (Piauí). (Agência Brasil)

EM AÇÃO

RIO VERMELHO | Vereador de Felício dos Santos é preso por porte ilegal de arma de fogo



POLÍCIA MILITAR

Foi preso, nessa quinta-feira (24), um vereador na cidade de Felício dos Santos, em Rio Vermelho, por porte ilegal de arma de fogo. Segundo a Polícia Militar, uma denúncia informou que o parlamentar estava armado e indo para uma audiência no fórum de Rio Vermelho. Diante das informações, uma operação policial foi montada e o veículo do vereador abordado na MG-10. Com ele, foi encontrada uma arma de fogo com 18 munições. Aos militares, Waldimir disse que sofreu ameaças e que, por isso, estava andando armado. O parlamentar foi encaminhado à delegacia, onde será ouvido pelo delegado.

Homem é morto com facada, ao tentar impedir que filha fosse agredida



POLÍCIA MILITAR

Na madrugada da última quinta-feira (24), um homem, de 57 anos, foi morto com uma facada na zona rural de São Francisco. Segundo as primeiras informações da Polícia Militar, Nenilson Leal Macedo tentava impedir que a filha fosse agredida pelo marido quando foi atingido com uma facada no abdômen. Familiares contaram à PM que eles participavam de uma festa junina no Povoado de Porto Velho e o suspeito começou a discutir com a esposa por ciúmes. Em seguida, ele pediu a chave da casa para ir embora e assim que a mulher entregou, passou a agredi-la. Ainda de acordo com a polícia, no momento em que a família interveio para impedir que as agressões continuassem, ele sacou uma faca e atingiu o sogro. Ao perceber que a vítima estava ferida, os familiares também agrediram o suspeito com socos e pauladas. Nenilson Leal Macedo foi socorrido pela família e o veículo foi interceptado pelo Samu ao chegar na balsa, que realiza a travessia sobre o Rio São Francisco. Segundo o Samu, ele estava em parada cardiorrespiratória, foi reanimado pelos socorristas e levado para o hospital da cidade, mas não resistiu. O suspeito do crime, de 27 anos, foi preso em flagrante e foi levado para o hospital sob escolta policial. A PM informou que ele sofreu ferimentos graves e foi transferido para uma unidade de saúde de Montes Claros. A mulher, de 28 anos, não precisou de atendimento médico.

Familiares reconhecem corpo de homem agredido até a morte

Foi reconhecido o corpo do homem agredido por dois adolescentes, de 16 anos, até a morte, em Montes Claros. O crime foi flagrado por câmeras de segurança. Segundo a Polícia Civil, trata-se de Jayson Gustavo Simão, de 31 anos. Ele morava em Belo Horizonte, para onde o corpo deve ser levado, e estava a passeio no Norte de Minas há cerca de três semanas. Familiares estiveram no Posto Médico Legal, na quarta-feira (23), após a polícia divulgar fotos de uma tatuagem que o homem tinha. No momento em que foi socorrido, Jayson não portava documentos. A mãe e o irmão dele não quiseram conversar com a imprensa. "Esse reconhecimento é importante para darmos desfecho para a família em termos de sepultamento e velório, saber se existia vínculo entre os autores e a vítima antes da ocorrência dos fatos, histórico da vítima em Montes Claros, entre outras questões determinantes", diz o delegado Bruno Rezende da Silveira. Os dois adolescentes apreendidos por ato infracional análogo ao crime de homicídio estão internados cautelarmente. As investigações devem ser concluídas em até 30 dias. "Eles alegam que um deles teria se ferido com um golpe na cabeça provocado pela vítima e, diante disso, agiram na tentativa de defesa. Também contam que o homem teria pedido bebida a eles e estes negaram, o que gerou toda uma confusão. Imagens recolhidas pela Polícia Civil vão ajudar a entender a dinâmica dos fatos e penalizar, além dos menores, outras pessoas que são flagradas nos vídeos", detalha Bruno Rezende.

SUA TRANQUILIDADE. NOSSA RESPONSABILIDADE

TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA: NOSSA ESPECIALIDADE



(38) 3222 - 5427

PORTEIROS • VIGIAS • SERVENTES DE LIMPEZA
ZELADOR • SEGURANÇA DESARMADA EM EVENTOS

www.qualityrecursoshumanos.com.br



Marcelo Freitas anuncia R\$ 5,7 mi para Brasília de Minas



O deputado federal Delegado Marcelo Freitas (PSL/MG) recebeu nessa semana, em seu gabinete de Brasília/DF, o prefeito de Brasília de Minas, Dr. Marcus Vinícius, ocasião em que anunciou a liberação de recursos da ordem de R\$ 5,7 milhões para investimentos naquela cidade. O parlamentar informa que os recursos são destinados prioritariamente à saúde, agricultura, esporte, assistência social e educação.

"Anunciamos a liberação de mais de R\$ 5,7 milhões, a partir de nossas emendas, em investimentos que vão desde a saúde a aquisição de maquinários, para

que o nosso amigo e atual prefeito de Brasília de Minas, Dr. Marcus Vinícius, possa fazer a melhor gestão possível. A cidade está em boas mãos, e tem o amplo apoio do nosso mandato, do Governo Federal e do Governo de Minas", afirma Marcelo Freitas.

O prefeito de Brasília de Minas agradece o empenho do deputado em destinar recursos para o desenvolvimento da cidade. "Estamos muito felizes e gratos ao deputado Marcelo Freitas pelos esforços e trabalho em prol da nossa cidade de Brasília de Minas. Com esses recursos liberados por ele, poderemos fazer com que

Brasília de Minas cresça ainda mais", declara Vinícius.

O parlamentar informou também que novas emendas poderão ser destinadas ao município. "Esses são recursos iniciais, havendo a possibilidade de outras indicações oportunamente, particularmente pelo apreço e respeito que temos pelo trabalho desenvolvido pelo nosso amigo e prefeito, Dr. Marcus Vinícius, bem como pela parceria que nos une na busca por melhores condições e prosperidade para a nossa querida cidade de Brasília de Minas", conclui Freitas. (GISSELE NIZA - Colaboradora)

Amams elogia iniciativa da ALMG ao distribuir recursos da Vale para municípios

A Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene (Amams), por meio do presidente José Nilson Bispo de Sá, 'Nilzinho', parabenizou a Assembleia Legislativa de Minas Gerais que assegurou acordo para que todos os 853 municípios mineiros sejam beneficiados na distribuição dos R\$ 1,5 bilhão dos recursos da Vale. O presidente explica que serão destinados R\$ 131,2 milhões para o Norte de Minas, sendo que o menor repasse será de R\$ 750 mil e o maior, de R\$ 15 milhões para Montes Claros. "Desde a realização do acordo, defendi a ideia de que uma parte dos recursos fosse aplicada diretamente nos municípios, em uma

videoconferência cheguei a propor ao governador Romeu Zema essa proposta, que agora foi consolidada", ressaltou Bispo.

O Projeto de Lei (PL) 2.508/21, do governador Romeu Zema (Novo), que trata do acordo judicial com a Vale. Dos recursos previstos no acordo, R\$ 11 bilhões é um acréscimo ao Orçamento do Estado, se constituindo como receita extraordinária equivalente a cerca de 10% daquela prevista para 2021. Assim, como esclareceu o parlamentar, é necessária autorização legislativa para uso da verba, como estabelece a Constituição estadual.

A proposta foi retirar parte

dessas 'gorduras' e distribuir entre os 853 municípios do estado R\$ 1,5 bilhão em valores divididos por critério populacional. A ideia seria, segundo o deputado André Quintão, que a verba fosse repassada de forma simplificada e obrigatória, para que nenhuma disputa eleitoral ou partidária impedisse o dinheiro de chegar ao seu destino. A fiscalização do uso dos recursos estaria, então, nas mãos dos órgãos competentes, como as câmaras municipais e o Tribunal de Contas. (LUIZ MONTES - Colaborador)

O governador e o presidente da Amams



Câmara aprova MP que simplifica abertura e funcionamento de empresas

A Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira (23), a Medida Provisória 1040/21, que faz várias mudanças na legislação a fim de eliminar exigências e simplificar a abertura e o funcionamento de empresas, buscando melhorar o chamado "ambiente de negócios". A matéria será enviada ao Senado.

Uma das inovações é a emissão automática, sem avaliação humana, de licenças e alvarás de funcionamento para atividades consideradas de risco médio. Enquanto estados, Distrito Federal e municípios não enviarem suas classificações para uma rede integrada valerá a classificação federal.

Segundo o parecer preliminar do relator, deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP), em vez da validade indeterminada prevista no texto original, as licenças e alvarás serão válidos enquanto atendidas as condições e requisitos de sua emissão.

Lista do comitê gestor da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Em-



presas e Negócios (Redesim) classifica em médio risco, no âmbito federal, atividades como comércio atacadista de vários tipos de alimentos de origem vegetal e animal; hotéis; motéis; transporte de cargas de produtos não sujeitos à vigilância sanitária; educação infantil; ou atividades médicas sem

procedimentos invasivos. A plataforma tecnológica da Redesim poderá abranger também produtos artesanais e obras de construção civil.

Para ter acesso a essa licença, o empresário deverá assinar termo de ciência e responsabilidade legal quanto aos requisitos exigidos

para o funcionamento e o exercício das atividades, como cumprimento de normas de segurança sanitária, ambiental e de prevenção contra incêndio.

Todas essas mudanças deverão ser implantadas no prazo de adaptação de 60 dias dado aos órgãos e entidades envolvidos.

DISPENSA DE EXIGÊNCIAS

Para o processo de registro de empresários e pessoas jurídicas realizado pela Redesim a MP também impede a exigência de dados ou informações que constem da base de dados do governo federal e outras informações adicionais previstas por estados e municípios para a emissão das licenças e alvarás e do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), único número a identificar a empresa perante todos os órgãos públicos federais, estaduais e municipais.

A exceção é para as licenças ambientais, que continuam regidas pela legislação específica.

A União deverá compartilhar com os entes federados as informações cadastrais fiscais necessárias e o texto permite ao CGSIM obrigar os entes participantes da rede a adotarem outras iniciativas de integração, podendo até mesmo instituir a adesão condicionada ou tácita para aqueles não participantes.

CONFIRA OUTRAS MUDANÇAS:

- Empresário poderá optar por usar o número do CNPJ como nome empresarial;

- Junta comercial não precisará mais arquivar contrato e suas alterações após escaneamento. Responsáveis e outros interessados terão 30 dias antes da destruição para retirar documentos;

- Acaba a proteção do nome comercial de empresa sem movimentação há dez anos;

- Procuração exigida pela junta comercial não precisará mais de reconhecimento de firma;

- Acaba com anuência prévia da Anvisa para patentes de produtos e processos farmacêuticos;

- Acaba com a possibilidade de o Poder Executivo estabelecer limites para a participação estrangeira em capital de prestadora de serviços de telecomunicações;

- Acaba com exigência de que transporte de mercadorias importadas por qualquer órgão da administração pública seja feito obrigatoriamente em navios de bandeira brasileira. (Agência Câmara)

Comissão realiza seminário sobre educação bilíngue para surdos

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência promove, na segunda-feira (28), às 9h, seminário sobre "Modalidade de educação bilíngue de surdos". O tema está previsto no Projeto de Lei 4909/20, do Senado Federal, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. O encontro poderá ser acompanhado de forma interativa pelo e-

Democracia.

Confirmaram presença no evento, entre outras pessoas, o especialista em acessibilidade, consultor e integrante de entidades representativas de defesa dos direitos das pessoas com deficiência, Joaquim Emanuel Leitão Barbosa; e a diretora de Política Educacional e Linguístico da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, Flaviane Reis.

O deputado Alexandre Padilha

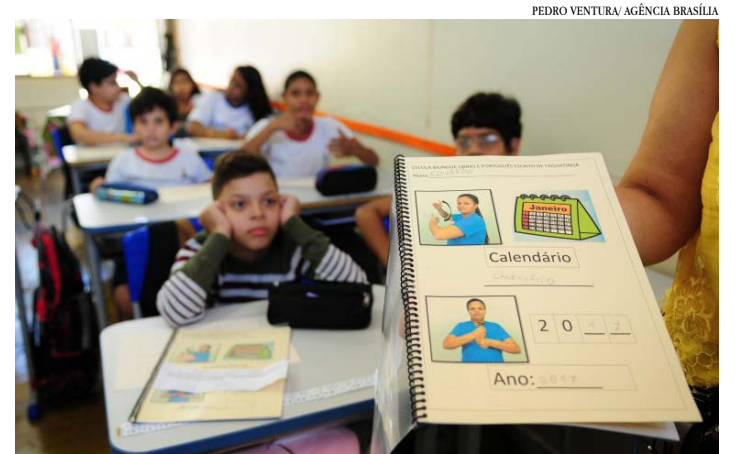
(PT-SP), um dos autores para realização do seminário, lembra que o atual governo publicou o Decreto 10.502/20, que tentou instituir uma "nova" política nacional de educação especial, em substituição à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva", de 2008.

SISTEMA INCLUSIVO

Além disso, afirma Padilha, o Projeto de Lei 4909/20, aprovado em pri-

meira instância pelo Senado Federal, altera a LDB, a fim de estabelecer uma modalidade de educação bilíngue de surdos, com apoios técnico e financeiro para a oferta educacional em classes e escolas apartadas do sistema geral de ensino.

"É nítida a violação ao princípio de inclusão plena estabelecido pela CDPD (ONU, 2006), que, em seu artigo 24, define que, para efetivar o direito das pessoas com deficiência a



educação sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo, em todos os

níveis, com os apoios necessários, garantindo, entre outros, o aprendizado da língua de sinais", finalizou o deputado. (Agência Câmara)

Busão da Vacina atende população na Praça da Catedral em Moc



GIRLENO ALENCAR

O "Busão da Vacina" uma iniciativa da Cruz Vermelha Brasileira e do Governo de Estado atendeu ontem (24) em Montes Claros, na praça Pio XII, da Catedral Metropolitana e continuará atendendo hoje, das 8 às 16 horas. Na semana passada, o atendimento ocorreu em Brasília de Minas, durante a visita do governador Romeu Zema. São centenas de pessoas que podem se vacinar contra a gripe e meningite. O "Busão da Vacina", é um veículo transformado em unidade móvel de saúde para levar vacinas contra várias doenças aos mineiros mais vulneráveis. Além da vacinação, o veículo disponibilizará testes rápidos, aferição

de pressão arterial e apoio psicossocial.

A Cruz Vermelha Brasileira – Filial Minas Gerais, em parceria com o Governo de Minas e a Secretaria de Estado de Saúde (SES-MG), será responsável pela execução da logística das viagens do veículo, que foi doado pela Mercedes-Benz e pela Câmara de Comércio Brasil-Alemanha para a Cruz Vermelha Brasileira (CVB). "Quero agradecer à Cruz Vermelha Brasileira, em conjunto com a Mercedes-Benz, que é a patrocinadora, e à Câmara de Comércio Brasil-Alemanha para a Cruz Vermelha Brasileira, pela cessão temporária do 'Busão da Vacina' que, sob orientação da nossa Secretaria de Estado de Saúde, estará percorrendo

diversos municípios do estado, ajudando no processo de vacinação, que é importantíssimo nesse momento", destaca o governador Romeu Zema. Ele ressalta, ainda, que a atual gestão tem feito de tudo "para que a vacina chegue a todos os mineiros o quanto antes", nesta que é a maior operação de vacinação da história de Minas Gerais.

Segundo o secretário de Estado de Saúde de Minas Gerais, o médico Fábio Baccheretti, a iniciativa vai contribuir para acelerar a chegada dos imunizantes aos municípios em situação de vulnerabilidade. "Especialmente se considerarmos que a velocidade da vacinação não é a mesma em todas as regiões do estado", ressalta, referindo-se à hetero-



GIRLENO ALENCAR

geneidade de Minas Gerais, com 853 municípios e cerca de 20 milhões de habitantes. "Nosso objetivo é auxiliar as prefeituras nas ações de imunização de várias doenças a acessar a população que se encontra impossibilitada de se deslocar, ou aquelas em situação de vulnerabilidade social, alcançando um maior número de pessoas imunizadas", destaca o conselheiro estadual da Cruz Vermelha Brasileira – Filial Minas Gerais, Ricardo Oliveira.

Neste primeiro momento, 16 voluntários da CVB-MG receberão treinamento para aprender a manusear os equipamentos do ônibus. A equipe também será orientada quanto à prevenção

e protocolos de segurança adotados pelo Ministério da Saúde, como o correto distanciamento entre as pessoas. "A nossa hashtag Unindo Forças diz muito sobre esta ação. A Mercedes Benz doou os ônibus, a Câmara Brasil-Alemanha disponibilizou o financiamento, a Cruz Vermelha faz a operacionalização e as Secretarias Municipais de Saúde disponibilizam as vacinas e os profissionais para aplicar as doses, para que possamos atender a população", observa o coordenador Nacional de Programas Humanitários da Cruz Vermelha Brasileira, Henrique Paiva, sobre a estratégia desenvolvida.

O "Busão da Vacina" conta

com estrutura completa para vacinar a população: três salas para aplicação de imunizantes, três mesas para cadastro de cidadãos e testes rápidos, 20 cadeiras para espera e, ainda, duas tendas para cadastros. O veículo permanecerá em Minas Gerais por cerca de 45 dias. A dona de casa Renata Maria de Jesus foi levar sua filha Maria Eduarda, de 13 anos e seu sobrinho Antony Gabriel, de 11 anos para vacinar. Ela alega que até pensou procurar o Posto de Saúde para vacinarem. Porém quando tomou conhecimento da presença do Busão da Vacina fez questão de participar e ficou satisfeita com a agilidade no atendimento.

Representantes da Cristália e da Prefeitura de Moc fazem reunião

Foi realizada, na tarde de ontem (24), uma reunião entre o prefeito de Montes Claros, Humberto Souto, o secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, Edilson Torquato, o presidente da Regional Norte da FIEMG (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais), Aduato Marques, e o representante da Cristália (Complexo Industrial Farmacêutico, Farmoquímico, Biotecnológico e de Pesquisa), Ivan Alves. Tanto o prefeito quanto Ivan participaram da reunião de forma

remota.

Durante o encontro foram apresentados os planos de atuação da Cristália em Montes Claros. A empresa, que é uma das mais importantes do país no setor farmacêutico, adquiriu um terreno de 156 mil metros que já pertenceu à Companhia de Tecidos Santanense, na avenida Osmane Barbosa. A expectativa da empresa é de que, até o final de 2022, a nova fábrica já esteja produzindo medicamentos na cidade, gerando mais de 400 empregos diretos e con-

firmado a posição de Montes Claros como polo farmacêutico.

O prefeito Humberto Souto saudou a vinda de mais uma empresa para a cidade, e destacou as obras estruturantes realizadas no Município, especialmente a construção de uma adutora que vai trazer água do São Francisco para a cidade, garantindo o abastecimento em Montes Claros por muitos anos, um benefício importante, principalmente neste período de incerteza hídrica atravessado pelo país.



O secretário Edilson Torquato; o presidente da Regional Norte da FIEMG, Aduato Marques e; o representante da Cristália, Ivan Alves estiveram presencialmente na reunião

Imunizantes da Pfizer, CoronaVac e Janssen já estão em Minas Gerais

Minas Gerais recebeu, nesta quinta-feira (24/6), mais uma remessa de vacinas contra a Covid-19. O 27º lote contendo 778.320 doses chegou ao Aeroporto Internacional de Belo Horizonte, em Confins. De lá, a remessa seguiu para a Central Estadual de Rede de Frio para conferência de temperatura e armazenamento.

Os imunizantes chegaram em dois momentos: pela manhã, 346.800 doses da CoronaVac e 149.550 doses da Janssen; no início da tarde, 281.970 doses da Pfizer completaram o lote enviado pelo Ministério da Saúde.

JANSSEN

Esta é a primeira vez que Minas Gerais recebe vacinas da Janssen. Aplicada em uma única dose, é o quarto imunizante em utilização no Brasil contra a Covid-19.

Juntamente com a AstraZeneca, CoronaVac e Pfizer, a vacina da Janssen chega ao estado para fortalecer a maior operação de vacinação da história de Minas Gerais.

PÚBLICO-ALVO

De acordo com o Programa Nacional de Imunização (PNI), do Ministério da Saúde, as 281.970 doses do imunizante Pfizer serão destinadas à continuidade do esquema vacinal das



GIRLENO ALENCAR

personas com comorbidades, gestantes e puérperas com comorbidades e pessoas com deficiência permanente.

As 346.800 doses da CoronaVac serão utilizadas para imunização das Forças de Segurança e Salvamento e trabalhadores da Educação do Ensino Básico e do Ensino Superior.

Já as 149.550 doses da Janssen terão como destino a vacinação de pessoas com comorbidades e com deficiência permanente.

Caso algum município tenha completado o esquema vacinal de todas as pessoas de um grupo prioritário,

e tiver dose disponível, poderá avançar na imunização de outros grupos prioritários elencados pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI), do Ministério da Saúde.

A logística de distribuição do 27º lote será divulgada em breve.

Acompanhe o quantitativo de cada remessa

- 1ª remessa - 577.480 doses da CoronaVac em 18/1/2021
- 2ª remessa - 190.500 doses de AstraZeneca em 24/1/2021

- 3ª remessa - 87.600 doses da CoronaVac em 25/1/2021
- 4ª remessa - 315.600 doses da CoronaVac em 7/2/2021
- 5ª remessa - 220.000 doses da AstraZeneca e; 137.400 doses da CoronaVac em 23/2/2021
- 6ª remessa - 285.200 doses da CoronaVac em 3/3/2021
- 7ª remessa - 303.600 doses da CoronaVac em 9/3/2021
- 8ª remessa - 509.800 doses de CoronaVac em 17/3/2021
- 9ª remessa - 86.750 doses da AstraZeneca e; 455.800 doses da Coro-

naVac em 20/3/2021

- 10ª remessa - 116.600 doses de AstraZeneca e; 359.000 doses de CoronaVac em 26/3/2021
- 11ª remessa - 73.250 doses de AstraZeneca e; 943.400 doses de CoronaVac em 1/4/2021
- 12ª remessa - 257.750 da AstraZeneca e; 220.400 da CoronaVac, em 8/4/2021
- 13ª remessa - 426.000 da AstraZeneca e; 275.200 da CoronaVac, em 16/4/2021
- 14ª remessa - 316.750 doses da AstraZeneca e; 73.800 da CoronaVac, em 23/4/2021
- 15ª remessa - 578.000 doses da AstraZeneca e; 11.800 doses da CoronaVac, em 29/4/2021
- 16ª remessa - 30.400 doses da CoronaVac, em 1/5/2021 e; 676.250 doses da AstraZeneca, em 3/5/2021
- 17ª remessa - 50.310 doses da Pfizer, em 3/5/2021
- 18ª remessa - 396.500 doses da AstraZeneca, em 6/5/2021; 100.200 doses da CoronaVac, em 8/5/2021 e; 112.434 doses da Pfizer, em 10/5/2021
- 19ª remessa - 422.750 doses da AstraZeneca, em 13/5/2021; 207.800 doses de CoronaVac e; outras 101.600 doses da CoronaVac, em 14/5/2021
- 20ª remessa - 435.500 doses da AstraZeneca; 8.200 doses da Coro-

naVac e; 64.350 doses da Pfizer, em 18/5/2021

- 21ª remessa - 561.750 doses da AstraZeneca e; 60.840 doses da Pfizer, em 26/5/2021
 - 22ª remessa - 588.500 doses da AstraZeneca, em 2/6/2021 e; 62.010 doses da Pfizer, em 3/6/2021
 - 23ª remessa - 237.510 doses da Pfizer, em 8/6/2021
 - 24ª remessa - 362.750 doses da AstraZeneca, em 9/6/2021
 - 25ª remessa - 235.170 doses da Pfizer e; 273.000 doses da CoronaVac, em 18/6/2021
 - 26ª remessa - 862.000 doses da AstraZeneca, em 21/6/2021
 - 27ª remessa - 346.800 doses da CoronaVac; 281.970 doses da Pfizer e; 149.550 doses da Janssen, em 24/6/2021
- 13.439.824 doses (Agência Minas)

PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHOS D'ÁGUA/MG
Proc. 45/21-PP 22/21-Aquis. de ensiladeira e sulcador- Credenciamento: 7/7/21-08:00h-
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHOS D'ÁGUA/MG
Proc.46/21-PP23/21-Locação de caminhão pipa-Credenciamento: 7/7/21-13:00h- (38) 3251-7121- licitacaoohlhosdagua@hotmail.com www.ohlhosdagua.mg.gov.br



BELEZAS DE MOC- Vou focalizar hoje, na minha querida sobrinha, ISADORAH PAULINO, que tem um charme incrível. É uma menina educadíssima e faz parte dos jovens que correm atrás. Além de ser modelo e influenciadora, Isadora, faz sucesso com sua loja fashion, "Vasthi".

NOVAS RESTRIÇÕES

Parece que todos estão achando que a PANDEMIA, está passando e, não tomando os devidos cuidados. Aqui em Moc, como sabem, os casos de Covid-19 vem aumentando novamente de maneira assustadora com os hospitais voltando a ficarem superlotados e até mesmo faltando espaço na UTI. Por isso mesmo, se continuar assim, a Secretaria Municipal de Saúde poderá ampliar rigorosas restrições. Estou aqui torcendo para que isso não aconteça, pois muitos empresários já estavam começando a recuperar, principalmente proprietários de bares e restaurantes.

STF JULGA BACEN HOJE

O STF (Supremo Tribunal Federal) retomará nesta sexta-feira o julgamento que discute se o Congresso Nacional poderia ter aprovado a autonomia do Banco Central. Os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), reuniram-se com o presidente da corte, Luiz Fux, para pressionar pela manutenção da decisão que alterou o funcionamento da instituição financeira. Os parlamentares afirmaram que a medida é boa para a economia e que é importante mantê-la para auxiliar na retomada econômica do país. Lewandovsky, muito versado em economia e direito, já deu voto contra. Vida que segue.

BRIGA NA REALEZA

Quando foi anunciado, há dois anos, que Harry e a mulher, Meghan Markle, iriam deixar de viver no Palácio de Kensington, assumiu-se que o casal estava procurando o seu próprio espaço, uma vez que aguardavam o nascimento do primeiro filho em comum, Archie. No entanto, o escritor Robert Lacey, no seu novo livro 'Battle of Brothers' ('Batalha de Irmãos'), escreve que os dois irmãos tiveram uma "discussão explosiva" por causa da forma como Meghan supostamente estaria tratando os trabalhadores do palácio. Fontes de dentro do palácio revelaram que quem estaria maltratando os funcionários da família real seria Kate Middleton, que, inclusive, foi acusada de ter deixado Meghan constrangida em algumas situações.

ARGUMENTO EAJUTO

O plenário do STF não pode decidir sobre matéria já deliberada pelas turmas, salvo em casos previstos no regimento interno do STF. Sob este entendimento, os ministros do Supremo mantiveram decisão da 2ª turma que reconheceu a parcialidade do ex-juiz Sérgio Moro. Moro se manifestou nas redes sociais: "os votos dos ministros Fachin, Barroso, Marco Aurélio e Fux, não reconhecendo vícios ou parcialidade na condenação por corrupção do ex-presidente Lula, correspondem aos fatos ocorridos e ao Direito. Nunca houve qualquer restrição à defesa de Lula, cuja culpa foi reconhecida por dez juízes". Também acho. O resto decorre, aí sim, da parcialidade da segunda turma.

O CANTO DO CISNE DE MARCO AURÉLIO

No julgamento do caso Moro, Marco Aurélio, o decano, em seu estilo ferino, fez questão de dar uma (in)direta no ministro Gilmar Mendes, dizendo que o processo não estava com pedido de vista, e sim "perdido de vista". Opinando sobre os diálogos da vaza jato, que tanta fúria despertaram nos imparciais Lewandovsky e Gilmar Mendes, Marco Aurélio disse que são conversas normais: "comum no dia a dia processual". O resto é alegoria e adereço de uma corte que perdeu a confiança do povo brasileiro.

CRESCER ARRECAÇÃO DE LOTERIAS

As loterias federais geraram R\$ 2,74 bilhões em arrecadações no primeiro quadrimestre de 2021. O valor é 13% maior do que os R\$ 2,42 bilhões em repasses contabilizados durante o mesmo período de 2020, informa o 1º Relatório do Mercado Brasileiro de Loterias divulgado hoje (24) pelo Ministério da Economia. De acordo com a pasta, esses valores incluem tanto os repasses sociais via Tesouro Nacional quanto o Imposto de Renda. "O relatório aponta que os repasses sociais para o financiamento de políticas públicas chegaram a R\$ 2,04 bilhões de janeiro a abril, o que representa um aumento de 21% sobre R\$ 1,68 bilhão dos quatro primeiros meses de 2020", detalha o ministério.



ANIVERSÁRIO DA PRINCEZINHA MAITÊ de 2 anos de vida, foi comemorado com uma linda festa organizada pelos papais, o conceituado advogado, Elio Soares Ribeiro e a mamãe, Roberta Rodrigues. A linda, Maitê, festejou também esse mês a festa de Santo Antônio.



A DINÂMICA empresária do setor fashion, Socorro Souza, ao lado do filho médico, João Victor, em uma das viagens que fizeram a Europa antes da pandemia.



DOIS MOMENTOS da sempre bela, Silvana Bicalho, quando foi Glamour-Girl de Montes Claros e atualmente sempre jovem, bonita e de bem com a vida, é uma vovó cercada pelo carinho dos netos.



UM CLOSE no querido casal, Emerson e Ludmila Coelho Faria.



TODA TURMA sentindo falta da animação da famosa "FEIJOADA DO THEO" que infelizmente tem dois anos que não é realizada devido a pandemia. Veja aí, uma turma animadíssima formada por: Yan Almeida, Viviane Dalton Oliveira, Victor Hugo Costa, Cristiane-Lucas Pinto, Hercules-Adriana Costa, Andy Andrade e Pedro Alcântara. Se Deus quiser, esse evento voltará no próximo ano.



JUBILEU DE OURO- E vou continuar focalizando grandes momentos do evento mais importante que já houve no Norte de Minas, mas que devido a pandemia, não foi possível até hoje comemorar os 50 anos de realizações das PERSONALIDADES DO ANO DO NORTE DE MINAS e entregar um TROFÉU ESPECIAL aos grandes homens em comemoração ao JUBILEU DE OURO, com uma festa única para encerrar o mega-evento. Veja aí, quando o empresário, PEPE DRUMONT, foi homenageado e recebeu o troféu na mesa de honra das mãos do ex-presidente da Assembleia Legislativa, Diniz Pinheiro tendo o deputado, Gil Pereira.



É MUITO BOM a gente ver o poder jovem sobressaindo e correndo atrás. É o caso do gerente do Agronegócio do Banco Santander, Jefferson Justino, que é o responsável pelo crédito do agro e vem desenvolvendo um trabalho brilhante e sendo elogiado por inúmeros pecuaristas. Na foto, ele, com sua esposa Bárbara e o filho, Heitor.

VAP & VIP

ONTEM, passei pela área do BAIRRO IBITURUNA, pela parte coberta de ÁRVORES que poderia ser aproveitada na construção de mais um PARQUE. Infelizmente, logo depois já foi desmatado para a construção de novo FORUM DE MONTES CLAROS. Aos poucos e com muita "política" o VERDE dos nossos queridos "montes" estão aí acabando de vez e, existem segundo informes, até queimadas misteriosas.

A CULPA é do mensageiro: Onyx diz que PF vai investigar deputado e irmão servidor da Saúde que relataram pressão interna no Ministério na compra da Covaxin. Investigar a denúncia, objeto da ocorrência em si, nem pensar? Por onde a transparência anunciada?

ALÔ PREFEITO DE BOCAIUVA, Robertão Avante, a população do distrito de PIRES E ALBUQUERQUE (sempre), continua aguardando o início da famosa PONTE, que vem sendo prometida por prefeitos anteriores e até agora nada. É preciso uma atenção maior para este lugarejo que amo muito, pois sair daqui de Moc aos dois anos e morei aí até os sete anos, quando vinha para estudar aqui em Moc no inesquecível, TREM DO SERTÃO.

UMA DAS CAUSAS que explicam a avalanche de processos que chegam aos tribunais para reverter decisões da Previdência Social é a discrepância entre as posições do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a jurisprudence do Poder Judiciário. Negados pelo INSS, os pedidos muitas vezes acabam nos tribunais.

COM A PANDEMIA, muitos e muitos casais ficaram mais próximos, curtindo a família. Mas infelizmente, estamos vendo também muitas separações. Gente, não esqueça que FAMÍLIA É TUDO.

MAIS NEPOTISMO. Reforma administrativa abre espaço para nomeação livre de 1 milhão de cargos. Ampliação de vagas para indicação política seria possível com flexibilização de regras prevista na reforma administrativa proposta pelo governo e em discussão no Congresso. O cálculo foi feito pela consultoria do Senado.

E A QUEDA me acentua: pelo terceiro dia consecutivo, o dólar se manteve abaixo de R\$ 5. Essa tendência tende a ser dominante no cenário que se desenha nos próximos meses.

UM NOVO CIRCUITO de monitoramento eletrônico com câmeras com função inteligente, como reconhecimento facial, vai começar a operar nesta quinta-feira (24), em três estações da linha 3-Vermelha do Metrô de São Paulo. O sistema, que contará com mais de 5 mil câmeras, pode até disparar alerta de objeto esquecido ou criança desacompanhada.

HÁ MAIS DE 20 ANOS OFERECENDO

SOLUÇÕES E INOVAÇÃO
em sistema de **SEGURANÇA ELETRÔNICA**

MONITORAMENTO DE ALARMES 24H • SISTEMA DE CÂMERAS • VÍDEO PORTEIRO
CERCA ELETRIFICADA • CONCERTINA • ALARMES • PORTARIA REMOTA • CONTROLE DE ACESSO

comercial@vigillaralarmes.com.br @vigillaralarmesmontesclaros (38) 3222-6578 - 9 9742-4332

